



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

MARIA FERNANDA VIEIRA DA SILVA

**A Política Exterior Indiana no Período da Guerra Fria: independência,
segurança e desenvolvimento**

Brasília

2025

MARIA FERNANDA VIEIRA DA SILVA

Banca examinadora

Prof.º Doutor Carlos Eduardo Vidigal

Orientador

Prof.º Doutor Virgílio Caixeta Arraes

Membro

Prof.º Doutor Thiago Gehre Galvão

Membro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Brasília

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, à minha família, em especial à minha mãe e ao meu pai, que sempre me apoiaram e me encorajaram em todas as minhas escolhas e paixões, inclusive na decisão de cursar História. Também gostaria de agradecer aos meus amigos e colegas, que me apoiaram durante essa jornada e nos momentos difíceis.

Aos professores que tive contato no curso de História, prof. Carlos Eduardo Vidigal, pelas aulas no curso, pela admiração que tive como professor e historiador, e também com a paciência que teve ao me orientar. Professor Francisco Doratioto, um excelente professor e historiador. Professora Rashmi Singh, docente da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que embora não a tenha conhecido pessoalmente, foi muito gentil ao me ajudar com a bibliografia para a produção deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa a política exterior da Índia durante a Guerra Fria, com um foco especial na vulnerabilidade geopolítica do país recém-independente e as mudanças ocorridas sob o governo de Indira Gandhi. A escolha deste tema justifica-se pela importância histórica e estratégica da Índia no contexto da Guerra Fria e este tema é relevante, pois a Índia continua a ser um ator estratégico no cenário internacional atual, com uma economia em rápido crescimento e uma posição política significativa. A pesquisa foi realizada com base em leituras e análises de fontes secundárias, além de sites governamentais e documentos oficiais. O período pós-independência foi um momento delicado para a Índia, no qual a política externa desempenhou um papel crucial na consolidação da soberania e no fortalecimento do país no cenário internacional. Sob a liderança de Jawaharlal Nehru, a diplomacia indiana concentrou-se na garantia da independência nacional, com destaque para os conflitos com o Paquistão Ocidental pelo território da Caxemira. Já no governo de Indira Gandhi, a política externa voltou-se para o fortalecimento econômico e geopolítico da Índia, incluindo avanços significativos na área nuclear. Assim, ambos os líderes tiveram um papel fundamental na definição da posição internacional da Índia e na construção de sua autonomia estratégica.

Palavras-chave: Índia – Política Exterior – Guerra Fria – Realismo – Idealismo.

ABSTRACT

This paper analyzes India's foreign policy during the Cold War, with a special focus on the geopolitical vulnerability of the newly independent country and the changes that took place under the government of Indira Gandhi. The choice of this topic is justified by India's historical and strategic importance in the context of the Cold War and this topic is relevant because India continues to be a strategic actor in today's international arena, with a rapidly growing economy and a significant political position. The research was based on reading and analyzing secondary sources, as well as government websites and official documents. The post-independence period was a delicate time for India, in which foreign policy played a crucial role in consolidating sovereignty and strengthening the country on the international stage. Under the leadership of Jawaharlal Nehru, Indian diplomacy focused on guaranteeing national independence, with an emphasis on conflicts with West Pakistan over the territory of Kashmir. Under Indira Gandhi, foreign policy focused on India's economic and geopolitical strengthening, including significant advances in the nuclear area. Thus, both leaders played a fundamental role in defining India's international position and building its strategic autonomy.

Keywords: India - Foreign Policy - Cold War - Realism – Idealism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Independência e segurança indiana	12
1.1 Objetivos da política externa indiana e suas influências	14
1.2 Relações com o Paquistão, a China, e alguns vizinhos	20
1.3 Movimento dos Países Não Alinhados	25
Realismo e desenvolvimento	30
2.1 Mudanças na política externa indiana	30
2.2 A Índia, as potências e as relações regionais	33
2.3 <i>Smiling Buddah</i>	40
Considerações finais	43
Referências	46
Bibliografia	46

INTRODUÇÃO

A independência da Índia foi proclamada em 15 de agosto de 1947, marcando o fim de quase dois séculos de domínio britânico, iniciado em 1773. Foi liderada por Mohandas Karamchand Gandhi, o Mahatma Gandhi, e pelo Partido do Congresso (INC, na sigla em inglês) – um partido que se define secular de centro-esquerda, comprometida com a equidade social, a liberdade e a igualdade de oportunidades. A luta pela independência combinou momentos de violência, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, com saques e destruição de transportes militares, e a resistência pacífica, por meio da desobediência civil e do boicote a produtos britânicos, estratégias defendidas por Gandhi e Jawaharlal Nehru. Apesar da forte repressão colonial, o movimento pacífico obteve êxito.

Após a independência, o subcontinente foi dividido em duas repúblicas: a Índia, de maioria hindu, e o Paquistão, de maioria muçulmana. Essa partilha territorial gerou intensos conflitos religiosos e deslocamentos populacionais, resultando em um dos maiores êxodos da história, acompanhado por episódios de violência generalizada. Além disso, a divisão territorial criou o Paquistão em duas regiões separadas – Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental –, com um enclave indiano entre elas. As tensões geopolíticas culminaram em guerras pela Caxemira entre Índia e Paquistão, e, em 1971, o Paquistão Oriental declarou independência, tornando-se Bangladesh.

No contexto global, a independência da Índia teve um impacto significativo, ocorrendo em meio à Guerra Fria e ao processo de descolonização. O país emergiu como um dos líderes do Movimento Não Alinhado, adotando uma postura neutra entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Além disso, a conquista da soberania indiana inspirou outros movimentos de libertação na Ásia e na África, demonstrando a força da resistência não violenta e da desobediência civil como estratégias eficazes para alcançar a autodeterminação.

O contexto econômico é discutido por Chris Odgen, professor na Universidade de Auckland. De acordo com Odgen, após anos de exploração dos recursos indianos por mongóis e, posteriormente, pela Companhia das Índias Orientais para sustentar o padrão econômico britânico, a economia da Índia estava em uma situação crítica em 1947. Fragilizado, subdesenvolvido e sem crescimento, o país enfrentava sérias dificuldades, com uma produção industrial restrita e uma queda na produção agrícola, o que resultava em uma grande parte da população vivendo na pobreza e com escassez de alimentos.

Diante da vulnerabilidade econômica e das experiências negativas com potências coloniais, e conforme apontado por Odgen, a Índia adotou uma política de autossuficiência para garantir sua soberania e independência. É possível questionar até que ponto essa postura foi eficaz, já que a Índia sofria e ainda sofre com problemas de pobreza generalizada. Sob a influência de ideais socialistas, os

líderes indianos, especialmente Jawaharlal Nehru, rejeitaram o capitalismo, que viam como uma forma de imperialismo, e escolheram um modelo de desenvolvimento baseado no socialismo e no protecionismo. Em 1948, foi implementada a Resolução de Política Industrial, que priorizava a produção interna e a intervenção do Estado. O governo, inspirado pelo modelo soviético, passou a controlar setores essenciais, como ferrovias, armamentos e energia nuclear, além de identificar indústrias estratégicas, como aeronáutica, construção naval e telecomunicações, para serem desenvolvidas pelo Estado.

Odgen afirma que a Resolução de 1956 aprofundou ainda mais essa política, envolvendo grandes empresas estatais no processo de desenvolvimento, o que foi crucial para gerar muitos empregos, principalmente na gestão de empresas privadas. O uso de planos quinquenais ajudou a manter o controle do governo sobre a economia e foi essencial para reduzir os elevados níveis de pobreza e fome, por exemplo, o primeiro plano quinquenal foi anunciado em 1951. A política indiana também focava na substituição de importações, com o mercado interno sendo priorizado por meio de regulamentações rigorosas, controles e tarifas elevadas. Esse modelo resultou em um Estado diretivo, com forte intervenção, controle sobre o setor privado e uma política comercial autárquica. Entre os aspectos positivos dessa abordagem, destacam-se melhorias nos serviços de saúde, abastecimento de água, alimentação, saneamento e educação.

Segundo Odgen, os aspectos negativos desse modelo foram a diminuição da competitividade e da inovação, além da baixa produtividade e eficiência, resultantes da dependência excessiva do Estado. Com o foco antiexportação e anti-importação do modelo de substituição de importações, a Índia não conseguiu acumular reservas de moeda estrangeira, ao mesmo tempo, em que aumentou suas dívidas e déficits. Embora recebesse significativa ajuda financeira dos Estados Unidos, a economia indiana se tornava cada vez mais frágil durante a década de 1960. Os déficits aumentaram ainda mais durante a guerra de 1962 contra a China e as de 1965 e 1971 contra o Paquistão, o que enfraqueceu ainda mais a economia e a vinculou à política exterior. A ajuda externa passou a ser cada vez mais crucial para evitar a desvalorização da rúpia e que, mesmo assim aconteceu em 1966, mas desta vez não houve um acordo com os Estados Unidos.

Em 1967, segundo Ogden, a desvalorização da rúpia foi vista como uma pressão combinada dos Estados Unidos, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial para a Índia liberalizar sua economia, especialmente no que diz respeito às restrições ao comércio exterior. Esse movimento despertou desconfiança na Índia em relação aos países ocidentais. Em resposta, o governo implementou a política da Revolução Verde, para fortalecer a autossuficiência do país, reduzir sua vulnerabilidade às influências externas e resolver a crônica escassez de alimentos. Esse programa foi bem sucedido, já que na década de 1980, a Índia passou de um país deficitário para um dos maiores

produtores agrícolas do mundo. No entanto, o país ainda enfrentava desafios, como uma base tributária limitada e restrições ao crescimento da renda.

Segundo Ogden, a Crise do Petróleo de 1973 causou um aumento significativo no preço do produto. Em resposta, Indira Gandhi implementou uma série de reformas, como a redução dos impostos sobre importações, incentivos fiscais para exportadores e maior ênfase no setor privado, além de contrair um empréstimo do FMI em 1981. Embora o governo tenha realizado investimentos consideráveis, principalmente em projetos de longo prazo, como eletrificação e irrigação, o orçamento era impactado por corrupção e por um contexto interno instável, agravado pelo assassinato de Indira Gandhi (1984).

O país também lidava com uma rede de relações político-empresariais, devido à resistência a reformas, o que resultou em um sistema de patronagem onde as classes dominantes negociavam sua participação no mercado e os privilégios oferecidos pelo sistema. Entre as décadas de 1950 e 1980, o crescimento médio do PIB foi de 4% ao ano. Houve melhorias significativas nos indicadores sociais: a mortalidade infantil foi reduzida pela metade, a expectativa de vida dobrou e a taxa de alfabetização triplicou. (OGDEN, págs. 89–92)

A desregulação gradual do mercado, iniciada com o colapso do sistema de Bretton Woods em 1971 e agravada pelos choques do petróleo em 1973 e 1979, teve efeitos positivos na economia indiana. Com as crises, a rúpia foi desvinculada da libra esterlina, o que favoreceu as exportações agrícolas e de mão de obra. Além disso, as remessas privadas aumentaram, trazendo lucros para o país e possibilitaram maior flexibilidade na formulação de políticas econômicas. O sistema de licenciamento de importações foi suavizado e, ao invés de ser extinto, passou por uma substituição, resultando em um superávit comercial. No entanto, em 1991, um ponto de inflexão ocorreu, quando a Índia enfrentou uma crise macroeconômica. Essa crise foi causada por uma combinação de fatores, incluindo um alto déficit fiscal, instabilidade política com a ascensão do Bharatiya Janata Party — Partido do Povo Indiano (BJP), um partido que historicamente se considera de direita — em 1989, o colapso da URSS e a consequente deterioração dos acordos de permuta que a Índia mantinha com a Rússia e outros países do Leste Europeu, além da Guerra do Golfo e o aumento do preço do petróleo. (VISENTINI, pág. 115–116)

Apesar das reformas, Ogden afirma que, entre 1990 e 1991, a Índia ainda se caracterizava como uma economia fechada, marcada pela substituição de importações, altas tarifas e uma regulamentação excessiva. A queda do Muro de Berlim em 1989, o colapso da União Soviética, que havia sido uma das principais fontes de inspiração para a Índia, e o avanço da China com sua política de liberalização econômica, evidenciaram as fragilidades estruturais da economia indiana. Além disso, a invasão do Kuwait pelo Iraque em agosto de 1990 aumentou o preço do petróleo, o que

agravou a situação. Esses fatores culminaram em uma crise na balança de pagamentos em 1991, com estimativas que indicavam que a Índia tinha reservas cambiais suficientes apenas para cobrir mais três semanas de importações. Como resposta, o governo indiano obteve um empréstimo junto ao FMI, utilizando suas reservas de ouro como garantia. Em troca, o governo comprometeu-se a reduzir o controle estatal e a integrar a Índia de forma mais eficaz à economia global.

Sob a liderança do primeiro-ministro Narasimha Rao, do INC, e com o Ministro das Finanças Manmohan Singh à frente, foi implementado um pacote de estabilização para aumentar a competitividade, eficiência e produtividade da economia indiana. Esse pacote visava reformar um sistema que já estava perdendo vigor. O foco principal era restaurar a estabilidade macroeconômica e a credibilidade da Índia, reforçando a confiança dos investidores e abandonando as abordagens das gerações anteriores.

Com a Nova Declaração de Política Industrial de 1991, diversos monopólios estatais em áreas como energia, petróleo, hidrocarbonetos, transportes aéreos e telecomunicações foram extintos. Os requisitos de licenciamento também foram eliminados para todas as indústrias estratégicas, com exceção de quinze setores principais, como ferrovias, armamentos e energia nuclear. Além disso, os controles sobre importações, que antes exigiam licenciamento, foram retirados, exceto para bens de consumo, e as tarifas e impostos foram significativamente reduzidos, de 200% para 50%. A política também permitiu o investimento externo direto em várias áreas, com o apoio de um novo Conselho de Promoção de Investimentos Estrangeiros. O sistema regulatório foi simplificado e, com isso, o monopólio estatal chegou ao fim. No setor público, diversas empresas foram privatizadas e o controle governamental sobre elas foi substancialmente diminuído. (OGDEN, págs. 92–95)

É possível afirmar que de certa forma, essa reforma foi bem sucedida. A Índia é um dos países em desenvolvimento que mais apresentaram índices de crescimento econômico e que conseguiu melhorar o acesso à educação, se tornando um gigante na parte de tecnologia. Isso pode ser provado com a presença de indianos em cargos importantes como Sundar Pichai no cargo de CEO da *Google* e *Alphabet*; Arvind Krishna como CEO da IBM; e Shantanu Narayen, CEO da *Adobe Systems*. Mesmo assim é interessante contrastar que apesar dos avanços, a Índia ainda sofre com fome e pobreza nas partes menos urbanizadas do país.

O primeiro capítulo deste trabalho, intitulada “Independência e Segurança Indiana”, analisa os primeiros anos de independência, com destaque para o governo de Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia de 1947 a 1964. Nehru foi responsável por moldar a política externa indiana no pós-independência, enfrentando desafios como a separação do Paquistão, a instabilidade política interna e a necessidade de garantir a segurança alimentar e geopolítica do país. Este capítulo detalha a estratégia de neutralidade ativa da Índia, sua liderança no Movimento dos Não Alinhados e sua

relação com as potências globais da época.

Já a segunda parte, intitulada “Realismo e Desenvolvimento”, analisa a continuidade e as mudanças na política externa da Índia sob a liderança de Indira Gandhi. Embora Shastri tenha dado continuidade à política de Nehru, o capítulo explora como a Índia passou a adotar uma postura mais pragmática e realista, especialmente após a Guerra Sino-Indiana (1962) e a crescente pressão internacional. A aquisição da bomba nuclear indiana e a intensificação das relações bilaterais com outros países.

CAPÍTULO 1 – Idealismo e Independência

Independência e segurança indiana

A Índia tem como objetivos principais se tornar uma grande potência, alcançar desenvolvimento e modernização, conceitos idealizados por seus líderes e vistos como o destino do país. A história da Índia é fascinante, devido à sua tradição como uma civilização milenar, à sua identidade como um Estado multicultural e a maior democracia do mundo. Apesar de ser uma nação forte, uma grande parte de sua população ainda vive na pobreza, o que faz com que aumentar a riqueza e promover o desenvolvimento do país seja uma prioridade. O impacto de sua história também está profundamente ligado ao período colonial, que deixou legados como disputas de fronteiras com os países vizinhos, resultantes da delimitação feita pelo Império Britânico. (OGDEN, págs. 16–18)

A Índia foi colonizada e explorada por mais de 300 anos, principalmente pela Mongólia; pela Inglaterra, que a via como a “joia da coroa” britânica; e até mesmo por Portugal de maneira menos intensa, que conquistou territórios como Goa, onde ainda se observa a influência portuguesa, especialmente no idioma. O término da Segunda Guerra Mundial alterou as relações entre as colônias e as metrópoles, fortalecendo os movimentos independentistas, pois as potências coloniais haviam mobilizado muitos soldados e recursos de suas colônias para lutar na guerra. Isso resultou em mudanças políticas e sociais, desafiando a ideia de superioridade dos europeus e gerando um crescente interesse das populações colonizadas por sua independência. Além disso, a Carta das Nações Unidas formalizava a política anticolonial, servindo como um instrumento de apoio à descolonização, com até mesmo potências como o Reino Unido e a França assinando o documento. Nesse cenário de enfraquecimento das potências europeias, a Índia conquistou, de maneira pacífica, sua independência em 15 de agosto de 1947. (VISENTINI, págs. 41–42)

No entanto, esse momento também estava marcado pela bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética, o que Nehru via como uma ameaça à paz e à estabilidade global. Por essa razão, Jawaharlal Nehru defendia a política de não alinhamento da Índia. (SRIDHARAN, págs. 19–20). Na Índia, surgiram dois partidos principais: o INC e a Liga Muçulmana. Ambos lutavam pela independência, mas com visões divergentes sobre a estrutura do país. O INC, liderado por Nehru, defendia uma abordagem inclusiva, secular e a criação de um único Estado. Em contrapartida, a Liga Muçulmana, sob a liderança de Mohammed Ali Jinnah, propunha a divisão do território em dois Estados, uma ideia formalizada em 1940. (OGDEN, pág. 19)

Jawaharlal Nehru (1889–1964) foi uma figura central na história da Índia, desempenhando

um papel decisivo tanto na luta pela independência do país quanto na sua transformação em uma nação democrática e independente. Nascido em Allahabad, Nehru recebeu educação na Índia e no Reino Unido, onde estudou Ciências Naturais em Cambridge e frequentou o Trinity College de Oxford. Posteriormente, formou-se em Direito em Londres, tornando-se advogado. Ainda jovem, Nehru se envolveu ativamente na política, sendo profundamente influenciado por Mahatma Gandhi e o movimento de independência. Ele se destacou como líder do INC, contribuindo significativamente para a resistência contra o domínio colonial britânico e defendendo a luta não violenta e o nacionalismo indiano.

Mohammad Ali Jinnah (1876–1948) foi outro líder crucial, mas no contexto da criação do Paquistão. Segundo o Departamento de Informação à Imprensa do Paquistão, Jinnah teve uma carreira notável tanto na política quanto no serviço militar, sendo considerado o principal arquétipo do movimento paquistanês. Nascido em 1876, ele estudou em importantes instituições, incluindo o Lincoln's Inn em Londres, onde se formou advogado. Jinnah inicialmente atuou como um defensor dos direitos dos muçulmanos na Índia, mas sua visão de um estado independente para os muçulmanos acabou levando à criação do Paquistão em 1947. Ele é reverenciado como o “Pai da Nação” do Paquistão, tendo liderado o movimento que resultou na independência do país e na divisão da Índia.

O território da Índia era mais extenso do que é hoje e o país sempre foi marcado por tensões étnicas e religiosas. Em 1947, a independência do Paquistão foi proclamada, seguida pela independência da Birmânia e do Sri Lanka em 1948 e, por fim, das Maldivas em 1965. Já o Paquistão, na época, estava dividido em Paquistão Ocidental e Paquistão Oriental, antiga Bangladesh. Durante a Guerra Fria, o Paquistão alinhou-se com os EUA, enquanto a Índia estreitou laços com a União Soviética (URSS). Moscou apoiou a Índia em várias negociações, como as de Tashkent (1966) e Simla (1971), além de apoiar a luta pela independência de Bangladesh. (VISENTINI, págs. 60; 114)

A estratégia econômica idealizada e posta em prática por Jawaharlal Nehru era focada em autonomia econômica, tecnológica e agrícola. O país seria independente e autônomo, o governo comandava a economia e não obedeceria aos interesses ocidentais. Nehru criou a Comissão do Planejamento, com a economia seguindo planos quinquenais a partir de 1950. A Índia também nacionalizou o sistema de seguros em 1956 e o sistema bancário em 1969, com o governo comandando o mercado financeiro, visando proteger os negócios da nascente burguesia nacional. (VISENTINI, págs. 112-113) Fica claro que toda a tensão ao conquistar a independência, a insegurança, e os séculos de colonização por diversas nações ao longo da história do subcontinente indiano fomentou o desejo de uma política externa independente, a consolidação territorial e a preocupação com a economia e a segurança alimentar.

1.1 Objetivos da política externa indiana e suas influências

A Índia, com a postura nacionalista e anticolonialista de Nehru, buscava promover a paz, a autonomia e o desenvolvimento, além de lutar contra a discriminação racial e pela liberdade do povo e da nação. Defendia uma política externa independente, sem se alinhar com blocos de poder, e prezava pela não violência, com uma economia autossuficiente. Esses princípios eram baseados nas ideologias do INC, no pacifismo de Mahatma Gandhi e no pragmatismo de seu governo. Influenciada pela história do país e pelas ideias de Gandhi, Jawaharlal Nehru compartilhou vários ideais presentes na Carta das Nações Unidas, como os mencionados acima, e por isso a Índia buscou se envolver e apoiar as iniciativas da ONU. Além disso, a Índia rejeitava qualquer forma de dominação externa, defendia a integridade de seu território e tinha como objetivo se tornar uma potência. O não alinhamento se consolidou como uma das características centrais da política exterior indiana. (VISENTINI, pág. 113–114; SRIDHARAN, págs. 18–19; OGDEN, págs. 20–21)

Embora sejam teorias norte-atlânticas, o realismo e o liberalismo são duas das principais tradições teóricas em Relações Internacionais, apresentando visões contrastantes sobre a natureza humana, as relações internacionais e o futuro do sistema global. Esses dois conceitos são utilizados neste trabalho. Com base no livro de Robert Jackson e Georg Sørensen, o realismo, associado a uma visão pessimista da natureza humana, propõe que os seres humanos sejam movidos pelo desejo de poder e pela necessidade de garantir sua própria segurança e bem-estar. Para os realistas, como Thomas Hobbes (1588-1679) e Hans Morgenthau (1904-1980), essa busca constante por vantagem e poder é universal, tornando as relações internacionais inevitavelmente conflituosas. O conflito é, portanto, visto como forma de resolver disputas entre os Estados, que têm como principal preocupação a segurança nacional e a sobrevivência no sistema internacional. Além disso, os realistas são céticos quanto à possibilidade de progresso nas relações internacionais, especialmente quando comparado ao avanço que ocorre nos Estados Nacionais.

Por outro lado, o liberalismo, ainda de acordo com Jackson e Sørensen, oferece uma visão mais otimista das relações internacionais. Ao contrário do realismo, o liberalismo acredita que os seres humanos têm o potencial de progredir e melhorar suas condições de vida, tanto no âmbito nacional quanto internacionalmente, por meio da razão, da cooperação e da busca por interesses comuns. A tradição liberal nas Relações Internacionais está fortemente associada ao surgimento do Estado liberal moderno e à crença no progresso humano. Filósofos liberais como John Locke (1632-1704) e Immanuel Kant (1724-1804), acreditavam que, com o desenvolvimento da sociedade civil moderna e da economia capitalista, seria possível alcançar um mundo melhor, caracterizado pela liberdade individual e pelo bem-estar material.

O construtivismo nas Relações Internacionais destaca o papel das ideias e crenças humanas na formação das relações internacionais. Ainda conforme o livro de Robert Jackson e Georg Sørensen, ao contrário de teorias materialistas como o realismo, que enfatizam as forças materiais, o construtivismo vê o sistema internacional como uma criação humana, baseada em conhecimentos intersubjetivos. O mundo social não é uma realidade objetiva externa, mas uma construção feita por interações e significados compartilhados. Assim, o construtivismo propõe que as relações internacionais consistam essencialmente em pensamentos e ideias, e não em forças ou condições materiais.

Alguns importantes teóricos dessa vertente são Alexander Wendt (1992) e Peter Katzenstein (1996). Wendt, por exemplo, argumenta que as estruturas sociais internacionais são compostas por três componentes principais: conhecimento comum, recursos materiais e práticas. No entanto, ele acredita que as relações são essencialmente moldadas pelo entendimento comum entre os atores, e não pelos recursos materiais em si. Assim, a natureza das relações internacionais pode ser cooperativa ou conflituosa, dependendo da maneira como os Estados interpretam e compartilham suas ideias e crenças.

Trazendo uma visão indiana sobre as teorias, de acordo com Siddharth Mallavarapu, cientista político e professor na Universidade de Shiv Nadar, há uma escassez de representatividade de estudiosos dos continentes da África, da Ásia, do Mundo Árabe e da América Latina na literatura clássica das Relações Internacionais, dominada por autores como Edward Hallett Carr, Joseph Nye e Kenneth Waltz. Essa lacuna reflete a falta de análise sobre como essas regiões abordam o cenário internacional, considerando suas histórias, contextos e particularidades.

Mallavarapu destaca as contribuições de Sisir Gupta, intelectual indiano dos anos 1970, que criticou a visão simplista que associava os países do “Terceiro Mundo” a uma luta comum contra o imperialismo. Ele argumentou que muitos líderes desses países viam a luta anti-imperialista como uma estratégia pragmática para melhorar a posição de seus países no sistema internacional, sem mudar a estrutura global. Gupta também destacou que, apesar de a Índia ser materialmente fraca, ela tinha uma influência significativa na política mundial devido à sua posição estratégica. Seus dilemas de política exterior giravam em torno do equilíbrio entre interesses internos, estabilidade regional e paz mundial.

Mallavarapu também explora as contribuições de K. P. Karunakaran, editor de uma série de volumes sobre *“Índia e Assuntos Mundiais”* (1950–1960), destacou que a Índia, devido à sua localização, tamanho e estabilidade, não poderia ser ignorada nas discussões internacionais, emergindo como uma potência regional. Mesmo com as limitações da Guerra Fria, ele observou que a Índia e outros países asiáticos e africanos, não alinhados aos blocos dominantes, conseguiram

influenciar o cenário global, especialmente com a criação do Movimento dos Não-Alinhados (MNA), um marco na política exterior da Índia.

Conforme o site do MNA, o Movimento surgiu da Conferência de Bandung, em 1955, com 29 países, principalmente asiáticos, discutindo paz, descolonização e desenvolvimento econômico, tentando não tomar partido na bipolaridade da Guerra Fria. Em 1961, o movimento foi formalmente criado na Primeira Cúpula em Belgrado, com 25 países participantes. O MNA segue os princípios de Bandung, promovendo paz, desarmamento nuclear e luta contra o terrorismo, além de apoiar a ONU. Embora sem uma carta ou secretariado permanente, sua coordenação é responsabilidade do país que ocupa a presidência.

Além disso, Mallavarapu analisa as ideias de M. S. Rajan, V. K. Arora e Angadipuram Appadorai sobre o papel da Índia no cenário internacional nas primeiras décadas pós-independência. Rajan destaca que a “moderação” na política exterior da Índia não foi uma escolha ética, mas uma resposta pragmática às realidades internacionais, visando a convivência pacífica entre países com diferentes ideologias. Já Arora e Appadorai notaram que, em discursos importantes de Nehru, o “interesse nacional” não foi explicitamente mencionado, sugerindo que era entendido como um fato. Eles também destacaram fracassos iniciais da Índia, como a não-incorporação de Goa, as tensões com o Sri Lanka e a disputa com o Paquistão sobre a Caxemira, mas não consideraram esses fracassos desastrosos, apontando que até potências mais fortes enfrentaram dificuldades semelhantes.

Em conjunto, essas análises de Mallavarapu e de outros autores oferecem uma visão mais aprofundada da política exterior da Índia nas décadas após a independência, mostrando que os estudiosos indianos, como Gupta, Karunakaran, Rajan, Arora e Appadorai, abordaram a política internacional de maneira pragmática, reconhecendo os desafios de equilibrar interesses nacionais, estabilidade regional e participação ativa no cenário global, ao mesmo tempo em que procuravam preservar a autonomia estratégica da Índia.

Andrew B. Kennedy, professor associado na Universidade Nacional da Austrália, analisa os debates sobre Jawaharlal Nehru, questionando se ele pode ser classificado como idealista ou realista pragmático. Kennedy aponta que alguns autores, como Polouse (1978), veem Nehru como um idealista puro, que ignorava as complexidades do poder internacional. Outros autores, como Nayar e Paul (2003), sugerem que sua postura idealista escondia um pragmatismo realista, especialmente diante das ameaças à segurança da Índia, como os conflitos com China e Paquistão. Nehru usou a força militar quando necessário, como na Operação em Goa, e ajudou secretamente a Índia a se tornar uma potência nuclear, apesar de ser publicamente favorável ao desarmamento.

Kennedy argumenta que idealismo e realismo podem coexistir e que a diplomacia de Nehru combinava princípios morais elevados com interesses pragmáticos. Sua política de não alinhamento,

parte da criação do Movimento dos Não Alinhados, visava evitar o envolvimento na Guerra Fria e fortalecer a autonomia da Índia. Assim, a diplomacia de Nehru não pode ser rotulada de forma simples; ela refletia um estilo flexível, adaptado às circunstâncias internacionais, buscando a autonomia da Índia e um papel de destaque no cenário global.

Zorawar Daulet Singh, historiador e analista de política exterior indiana, argumenta que a postura de não alinhamento deve ser vista como uma expressão da identidade indiana, enraizada em sua cultura milenar, e não apenas como uma resposta à bipolaridade da Guerra Fria. O não alinhamento representava a afirmação da independência e soberania da Índia, além de refletir uma preferência por seguir uma política exterior autônoma. Nehru e Indira Gandhi desempenharam papéis centrais na formulação dessa política exterior, sendo os principais responsáveis por dar uma substância identitária e independente à diplomacia indiana. (SINGH, págs. 13–18)

A questão geopolítica indiana pode ser analisada a partir da perspectiva de C. Raja Mohan, professor visitante de pesquisa no Instituto de Estudos do Sul da Ásia da Universidade Nacional de Cingapura e analista de política exterior. Segundo o artigo de Mohan, a Índia divide o mundo em três círculos concêntricos. O primeiro é a sua área imediata, onde busca assegurar supremacia e garantir a não interferência externa. O segundo círculo é a vizinhança, que abrange a Ásia e o litoral do Oceano Índico, onde a Índia procura equilibrar a influência de outras potências e promover seus próprios interesses. O terceiro círculo é o mundo todo, onde a Índia almeja consolidar sua posição como uma grande potência global.

No entanto, Mohan aponta que a Índia não conseguiu atingir plenamente esses objetivos por três razões principais: a divisão religiosa interna, que a isolou, especialmente por suas fronteiras com o Paquistão e Bangladesh; o modelo socialista adotado, que a manteve isolada do restante do mundo; e, por fim, a Guerra Fria, que dividiu o planeta e levou a Índia a se alinhar com a União Soviética, especialmente devido ao apoio dos Estados Unidos ao Paquistão.

De forma geral, Nehru e Indira Gandhi compartilharam uma crítica à geopolítica do seu tempo, buscando garantir um espaço para a Índia, separado e não alinhado, no sistema bipolar. No entanto, suas visões sobre o não alinhamento eram distintas. Para Nehru, o não alinhamento consistia em criar uma filosofia alternativa de relações internacionais regionalmente. Já para Indira Gandhi, o foco era estabelecer um sistema sub-regional com a Índia no centro, onde a intervenção externa fosse controlada sob a liderança indiana. (SINGH, pág. 21) De acordo com Singh, esses objetivos foram baseados em três pressupostos de Nehru: internacionalismo ásiocêntrico, rejeição da forma tradicional de balança de poder e uma “área de paz”, que se interessava mais em persuasão do que coerção. (SINGH, pág. 41)

De acordo com Priya Chacko, professora adjunta de Relações Internacionais na Universidade

de Adelaide, na Austrália, Nehru salientava frequentemente o estatuto igual de todos os países da Ásia e, no seu discurso na Conferência de Relações Asiáticas em 1947, enfatizou que a Índia não desejava liderança. No entanto, ele ainda deu à Índia uma posição central nesta identidade asiática. (CHACKO, pág. 60)

Nehru se influenciava não apenas pelos princípios mencionados anteriormente, mas também por Rabindranath Tagore. Tagore, um renomado filósofo, poeta e escritor indiano, foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1913 e era um defensor de reformas sociais. Nehru via em Tagore uma base importante para o nacionalismo indiano, assim como uma visão internacionalista que promovia a cooperação global. Nehru acreditava que os eventos históricos estavam interconectados e, ao serem analisados em conjunto, poderiam fornecer uma compreensão mais profunda do destino do mundo. Para ele, o colonialismo havia isolado a Índia e isso precisava ser remediado. A Revolução Russa e a Grande Depressão de 1929 fortaleceram sua convicção de que a Índia deveria buscar sua soberania de forma mais abrangente. Nehru não se limitava a condenar o colonialismo britânico, mas também questionava as interações entre política, imperialismo, capitalismo e economia, criticando o sistema na totalidade. Ele tentava compartilhar essa perspectiva com sua filha, Indira Gandhi, que, no entanto, não se mostrava muito interessada, considerando essa visão excessivamente limitada. (SINGH, págs. 42–43)

De acordo com Sreeram Chaulia, doutor e professor na Universidade de Relações Internacionais de Jindal, na Índia, Nehru possuía uma abundância de *soft power*, mas um *hard power* relativamente limitado. Sua política externa tinha um escopo global e se baseava em princípios universais como a coexistência pacífica e a justiça econômica mundial. As ações diplomáticas de Nehru em conflitos distantes ao redor do mundo foram notáveis e lhe renderam simpatia e reconhecimento imediato, estabelecendo a Índia como um país asiático responsável, empenhado em resolver questões globais como o MNA, a luta pela descolonização e o desarmamento. Contudo, com a mudança geracional na liderança política e as duras realidades da guerra com a China e o Paquistão, o domínio da política exterior indiana se restringiu, e a Índia passou a se ver, no melhor cenário, como uma potência hegemônica no Sul da Ásia. Curiosamente, ao mesmo tempo em que a Índia perdeu influência em regiões mais distantes do Sul Global, como a África e a América Latina, no final do século, começou a melhorar seus atributos de *hard power*, com crescimento econômico e expansão de sua capacidade militar. (CHAULIA, pág. 31)

Para Nehru, existiam dois tipos de interesses nacionais: os de curto prazo, limitados e egoístas, e os de longo prazo, que visavam à paz, amizade e cooperação com as nações vizinhas. Ele acreditava que cada país deveria ser nacionalista até certo ponto, mas sem cair no extremo de se tornar agressivo. Em 1949, durante sua visita aos EUA, Nehru destacou que o principal objetivo da Índia era buscar a

paz sem se alinhar com as potências, adotando uma abordagem independente para cada questão. Isso não significava “isolacionismo”, “indiferença” ou “neutralidade” em situações de ameaça à paz. (SINGH, pág. 48–50) No início da Guerra Fria, em janeiro de 1947, Nehru orientou seus diplomatas a evitar envolvimento em disputas de poder, mantendo uma postura cordial com ambos os blocos, sem tomar partido. Nehru não apenas idealizou essa posição para a Índia, mas também questionou o equilíbrio de poder mundial, que ele via como instável, uma vez que não havia conseguido evitar ambas as guerras mundiais. (SINGH, pág. 56)

Há muitos conceitos de equilíbrio de poder, como foi apontado por Martin Wright em seu livro *A Política de Poder*. A expressão é utilizada no sentido de garantir que nenhum dos lados tenha poder desproporcional e, portanto, evite uma distribuição desigual de poder. Assim, cada parte busca uma margem de força suficiente para manter o equilíbrio e evitar o domínio de um único lado. Essa definição pode ser observada, por exemplo, quando a Índia buscou apoio militar e econômico da União Soviética, na década de 1960, para lidar com a expansão dos Estados Unidos no Paquistão, com o Acordo de Assistência Mútua de Defesa entre os Estados Unidos e o Paquistão (1954). Ou ainda, quando a Índia apoiou a independência de Bangladesh, em 1971, para diminuir a influência do Paquistão na região.

Em 1960, Nehru declarou que o não alinhamento não se tratava de uma política de equilíbrio entre os dois blocos, mas sim de uma abordagem ativa de segurança por meio da paz. Em vez de se alinhar com um dos lados, a Índia optou por se distanciar do equilíbrio de poder existente, visando contribuir para a estabilidade do sistema internacional. Nehru não via a bipolaridade de maneira negativa, considerando que os soviéticos poderiam conter a influência ocidental. No entanto, ele se preocupava com a segurança e com o antagonismo entre os dois blocos, razão pela qual buscava moderar o poder de forma ética, buscando um equilíbrio entre soberania e interdependência. (SINGH, pág. 58–59)

De acordo com Odgen, Nehru enxergava a Índia como um país vulnerável, recém-independente após séculos de colonização, que enfrentava tensões religiosas com o Paquistão, disputas com o regime comunista da China e diversos problemas fronteiriços com os países. O país se envolveu em três guerras com o Paquistão, nos anos de 1948, 1965 e 1971, todas relacionadas a disputas territoriais. Com a China, a Índia enfrentou um conflito em 1962 por uma região contestada no Himalaia.

Esse confronto com a China inseriu a Índia de forma mais ativa na ordem internacional, forçando uma mudança em sua política externa, que se tornou mais pragmática. Além disso, levantou dúvidas sobre a eficácia do princípio do não-alinhamento, prejudicando a imagem global da Índia e resultando em um aumento substancial dos gastos militares. Após a morte de Nehru em 1964, o

Paquistão retomou as hostilidades pela Caxemira. O conflito foi limitado, resolvido por meio de um cessar-fogo mediado pela ONU, e a paz foi formalmente consolidada com a assinatura da Declaração de Tashkent em 1966. (OGDEN, págs. 23–24)

É possível perceber que é correto ao afirmar que Nehru era tanto realista quanto idealista. Nehru não demonstrava ser ingênuo; ele defendia os interesses da Índia utilizando instrumentos internacionais, como a Carta da ONU, e a promoção da descolonização. Nehru tinha plena consciência de que a posição do país era vulnerável, considerando as divisões étnicas e religiosas internas, a insegurança alimentar, a carência de um poderio militar mais robusto, a importância estratégica da Índia e as ameaças dos seus vizinhos, como a China e o Paquistão, devido às fronteiras mal definidas.

1.2 Relações com o Paquistão, a China, e alguns vizinhos

Segundo Ogden, o Plano Mountbatten delineou a transferência de poder dos britânicos, considerando as regiões com maior concentração de muçulmanos e hindus, além das áreas ambíguas de divisão e autonomia. Isso gerou manifestações tanto na Índia quanto no que seria o Paquistão, até a independência de ambos os países. A divisão resultou em uma tragédia, com muitas mortes e um grande número de pessoas sendo forçadas a migrar para novos territórios. Como consequência, Índia e Paquistão começaram sua história como nações em guerra, devido a disputas territoriais como a de Jammu e Caxemira.

Após o conflito entre Índia e Paquistão por Caxemira, que perdurou de 1947 a 1948 e continuaria ao longo do século XXI, Nehru buscava estabilizar a situação do Sul da Ásia. Embora a guerra tenha exposto graves questões de segurança, Nehru mantinha sua aposta na paz e no esforço pela coexistência pacífica com o Paquistão. Além da disputa pela Caxemira, a Índia também enfrentava outros desafios territoriais com a China, Nepal e Butão, além da tarefa de integrar os territórios coloniais europeus ao seu território. (OGDEN, págs. 19–20) Em junho de 1949, a política da Índia em relação ao Paquistão era demonstrar ao país vizinho que a Índia não aceitaria nenhuma ação que considerasse equivocada, mas que continuaria a cooperar e não desejaria o mal para o Paquistão. (SINGH, pág. 71)

Enquanto Nehru buscava estabelecer uma relação mais cooperativa com o Paquistão, uma nova crise surgiu no subcontinente com a Partição de Bengala em 1947. Apesar dos esforços de Nehru para aproximar ambos os países, figuras como Sardar Vallabhbhai Patel, Ministro do Interior da Índia, defendiam uma postura mais agressiva e hostil em relação ao Paquistão. No final, a divisão de Bengala foi realizada, resultando em uma troca populacional entre muçulmanos e hindus. Em 1971, a parte muçulmana da região conquistou sua independência e se tornou o país de Bangladesh. (SINGH, pág. 79)

A disputa pela Caxemira é uma questão altamente sensível. Conforme apontado por Robert Stewart-Ingersoll, professor adjunto no Departamento de Estudos Internacionais da Universidade Americana de Sharjah, e Derrick Frazier, professor adjunto e doutor em ciência política, a principal relevância da Caxemira para a geopolítica da Índia está ligada à sua posição geográfica, como mencionado por Raja Mohan no início deste trabalho. Desde que a Caxemira, de maioria muçulmana, se uniu à Índia sob o Maharaja hindu Hari Singh, em 1947, os dois países travaram três guerras e se envolveram em diversos conflitos de menor escala. Embora a maioria da população da Caxemira desejasse a independência ou a adesão ao Paquistão, permitir essa secessão implicaria para a Índia a perda de um território estratégico, especialmente se isso significasse entregá-lo ao Paquistão.

A independência da Caxemira poderia transformar a região em um campo de disputa estratégica entre China, Índia e Paquistão. Além disso, representaria a perda de controle sobre recursos hídricos fundamentais para ambos os países vizinhos. Os rios da região são essenciais tanto para a geração de energia hidrelétrica na Índia quanto para a irrigação agrícola no Paquistão. Caso a Caxemira se tornasse independente e administrasse esses recursos de forma autônoma, isso poderia comprometer a eficácia do Tratado das Águas do Indo, que desde 1969 regula o compartilhamento dos seis rios do Indo entre os dois países. Esse cenário reforça a importância da disputa territorial na rivalidade mais ampla entre Índia e Paquistão. Embora não seja a única causa do conflito, a Caxemira esteve no centro de três das quatro guerras travadas entre os dois países e de inúmeras batalhas e crises ao longo da história pós-independência. A persistência do impasse e sua relação com as tensões mais amplas com o Paquistão mantêm a Índia fortemente focada na questão, restringindo sua capacidade de expandir sua influência regional e global. (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, pág. 40)

De acordo com Sridharan, professora na Universidade Nacional de Cingapura, em 1965, o Paquistão mais uma vez tentou tomar a Caxemira à força, o que levou os Estados Unidos a impor um embargo de armas tanto contra o Paquistão quanto contra a Índia. No entanto, essa restrição afetou mais o Paquistão do que a Índia. Durante o conflito, a China apoiou o Paquistão e chegou a ameaçar a Índia com armas nucleares, embora não tenha realizado nenhum ataque. A guerra terminou sem um vencedor claro, tendo sido encerrada com a mediação da União Soviética, resultando no Tratado de Tashkent em 1966. Apesar do acordo, a disputa pela Caxemira permanece sem solução até os dias atuais.

Em 1968, a União Soviética conquistou uma posição estratégica favorável e assinou um acordo de fornecimento de armas ao Paquistão, o que gerou descontentamento entre os indianos. No entanto, por meio da diplomacia, a Índia conseguiu persuadir a URSS a reverter o acordo, pois os soviéticos consideravam mais vantajoso manter boas relações com a Índia. Para os indianos, a União Soviética era vista como uma aliada que apoiava seus interesses, enquanto os Estados Unidos eram percebidos

como uma potência arrogante que subordinava outros países às próprias prioridades. Além disso, na disputa contra a China em 1965, a Índia saiu derrotada e buscou apoio tanto das potências ocidentais quanto da União Soviética. Ambas responderam positivamente, fornecendo assistência para auxiliar a Índia a conter a influência chinesa na região. (SRIDHARAN, págs. 21–22).

A Índia mantinha uma posição privilegiada em relação aos países do Sudeste Asiático, devido à forte interação cultural e às boas relações diplomáticas. Laços foram estabelecidos rapidamente com nações como Indonésia, Malásia e Cingapura, facilitando a cooperação. No entanto, em relação a países como Tailândia e Filipinas, houve uma maior distância, resultado de uma escolha deliberada. (SRIDHARAN, pág. 27). A Índia estruturava suas políticas para a região com foco na segurança, no nacionalismo e na resistência à interferência de potências estrangeiras. Um exemplo disso foi sua liderança em iniciativas pan-asiáticas, como a Conferência das Relações Asiáticas em 1947 e a Conferência da Indonésia em 1949, ambas voltadas para a luta contra o colonialismo.

Com a ascensão da China comunista, o primeiro-ministro Nehru considerou fundamental preservar a influência indiana e manter a estabilidade regional, em um contexto onde os interesses das grandes potências se cruzavam. A Índia buscava isolar a região de potenciais conflitos e impedir a formação de alianças militares ocidentais, promovendo uma “área de paz”. Em contrapartida, os Estados Unidos defendiam a criação de um sistema de defesa coletiva, materializado na Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO). (SRIDHARAN, pág. 23–24).

A SEATO, segundo o *Office of the Historian* dos EUA, formada em 1954, foi uma aliança entre os EUA, França, Grã-Bretanha, Nova Zelândia, Austrália, Filipinas, Tailândia e Paquistão, com o objetivo de conter a expansão do comunismo na região. Embora fosse uma organização voltada para o Sudeste Asiático, apenas dois países da região, as Filipinas e a Tailândia, se tornaram membros. As Filipinas aderiram principalmente devido aos seus laços com os Estados Unidos e ao temor da crescente ameaça comunista em seu território.

De acordo com Singh, o conceito de “área de paz” foi desenvolvido por Nehru e pelo Ministro da Defesa Vengalil Krishnan Krishna Menon em um período de tensão, como uma resposta aos desafios de segurança na Ásia. Temendo a presença militar estrangeira e a influência intelectual externa, que poderiam resultar em uma nova forma de colonização, Menon defendia que a soberania e independência da Índia eram essenciais para evitar esse risco.

A abordagem indiana não era nem comunista, nem anticomunista, mas sim nacionalista e anticolonial. A ideia era manter-se fora das esferas de influência das grandes potências, garantindo que a neutralidade não fosse utilizada contra outros países. Ao expandir a “área de paz”, acreditavam que poderiam reduzir as chances de conflito. Nehru e Menon não tinham a intenção de criar uma nova potência global, mas sim de promover a paz e a cooperação. Em essência, a “área de paz” desafiava as

normas da Guerra Fria, oferecendo uma alternativa para a segurança dos Estados mais fracos e ajudando a moderar a competição entre potências em nações recém-independentes. (SINGH, págs. 60–62)

De acordo com Chacko, as relações entre Índia e China tiveram momentos de tensão. A invasão do Tibete pela China em 1950 foi o primeiro episódio a causar desconforto no governo indiano, gerando manifestações públicas contrárias à ação chinesa. Inicialmente, Nehru se mostrou inflexível quanto à reivindicação da China, insistindo que seu controle sobre o Tibete deveria se limitar à suserania. No entanto, apesar das críticas internas — vindas tanto de grupos que apoiavam os tibetanos quanto daqueles que defendiam o Tibete como um estado-tampão para conter a influência chinesa —, Nehru buscou compreender as motivações da China, considerando sua trajetória de sofrimento e opressão histórica.

Para Nehru, uma relação baseada na amizade entre Índia e China era essencial não apenas para ambos os países, mas para toda a Ásia, pois um conflito entre as duas nações teria consequências desastrosas. Esse compromisso foi formalizado em 1954 por meio do acordo comercial que incluía os princípios de Panchsheel, reconhecendo implicitamente a soberania chinesa sobre o Tibete. Em 2003, esse reconhecimento tornou-se explícito, quando a Índia passou a aceitar oficialmente que a Região Autônoma do Tibete fazia parte do território da República Popular da China, além de se comprometer a não permitir atividades políticas anti-China por tibetanos em solo indiano, conforme estabelecido na Declaração sobre os Princípios para as Relações e Cooperação Abrangente entre os dois países.

A Índia insistiu na inclusão dos princípios de Panchsheel no acordo e também apoiou o reconhecimento do governo comunista chinês na ONU, buscando afastar a China do nacionalismo e incentivá-la ao internacionalismo. Essa abordagem visava, ao mesmo tempo, garantir alguma proteção aos tibetanos, reconhecendo-os como uma minoria sob salvaguardas do direito internacional. A política de amizade tinha como objetivo conquistar a confiança chinesa, valorizando laços históricos de civilização e uma experiência comum de resistência ao imperialismo, para assim construir um relacionamento moderno baseado na cooperação.

Contudo, essa postura levou a Índia a minimizar a invasão do Tibete, tratando-a como uma mera divergência de opinião. Durante a visita do ex-primeiro-ministro da China Chou En-lai à Índia, em junho de 1954, Nehru enfatizou em seus discursos públicos os dois mil anos de intercâmbio pacífico entre as duas nações, abrangendo ideias, religião, arte e cultura. No entanto, nem todos no governo indiano compartilhavam dessa visão otimista. O diretor da inteligência indiana, B. N. Mullik, por exemplo, acreditava que a China tinha ambições expansionistas e alertava que a Índia deveria agir com cautela. (CHACKO, pág. 90–91)

Apesar disso, a Índia passou a ser protagonista na Conferência de Bandung (1955) e usou a

oportunidade para apresentar a China aos países afro-asiáticos, apesar das suspeitas de alguns atores. A Conferência de Bandung, consoante o *Office of the Historian* dos EUA, reuniu representantes de 29 países asiáticos e africanos que se reuniram em Bandung, Indonésia, para discutir paz, desenvolvimento econômico, descolonização e o papel do Terceiro Mundo na Guerra Fria. Os princípios centrais foram autodeterminação, soberania, não-agressão, não-interferência e igualdade. A conferência, copatrocinada por Índia, Indonésia, Paquistão, Birmânia e Ceilão, incluiu 24 países adicionais. Os delegados se viabilizaram como porta-vozes de povos colonizados, especialmente na África, e se basearam nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica entre Índia e China para promover solidariedade entre as nações recém-independentes.

De acordo com Sridharan, a Índia adotou uma abordagem distinta dos Estados Unidos em relação à China, o que levou ambos os países a se enxergarem como rivais, atrapalhando frequentemente os objetivos um do outro. Inicialmente, a Índia mantinha uma política de não interferência no Sudeste Asiático, mas abandonou essa estratégia ao perceber que a região se tornaria um campo de disputa entre os EUA e a China. Os EUA impediram a participação formal da Índia na Conferência de Genebra em 1954, mas o país ainda prestou assistência informal e foi escolhido para liderar a Comissão Internacional de Controle (ICC) na Indochina. Nehru defendeu a neutralidade da Indochina, considerando o impacto do confronto ideológico entre Estados Unidos e China. No entanto, os EUA se opuseram a essa proposta e, em resposta, promoveram a criação da SEATO, oficializada pelo Tratado de Manila em agosto de 1954. Fiel aos seus princípios, a Índia condenou a formação da aliança, reafirmando sua postura contrária à militarização e à influência das grandes potências na região. (SRIDHARAN, pág. 25).

A questão do Tibete acabou deteriorando as relações entre a Índia e a China. A relevância do Tibete para os chineses pode ser percebida em uma entrevista de Chou En-lai ao jornalista estadunidense Edgar Snow, em 1960. Na ocasião, Chou afirmou que a disputa fronteiriça entre os dois países só surgiu após a fuga do Dalai Lama e o início das reformas democráticas no Tibete. Segundo Chou, a Índia pretendia transformar o Tibete em uma “zona tampão” e preservar seu antigo sistema de servidão. Em 1959, essa tensão levou a China a acusar a Índia de interferir em seus assuntos internos, alegando que os indianos estavam incentivando a revolta dos tibetanos contra o governo chinês. (CHACKO, pág. 93)

Ainda de acordo com Chacko, as tensões atingiram seu ponto máximo quando, poucos dias depois, Chou En-lai apresentou várias reivindicações sobre territórios indianos. Em uma carta, ele reafirmou a ilegalidade da Linha McMahon e declarou que, com base no traçado da fronteira consuetudinária, a região de Aksai Chin pertencia à China. A Linha McMahon é a fronteira entre o Tibete e Assam, estabelecida na Conferência de Shimla (1913–1914) entre o Tibete e a Grã-Bretanha.

Ela se estende desde o Butão até a curva do rio Brahmaputra. A China, embora tenha participado da conferência, se recusou a assinar o acordo sobre as fronteiras, alegando que o Tibete era subordinado à China. Essa disputa territorial levou ao conflito sino-indiano de 1962, quando a China ocupou território indiano ao sul da linha, mas se retirou após o cessar-fogo.

Nas primeiras trocas de correspondências sobre a disputa territorial durante a década de 1950, Chou En-lai manteve a posição expressa em suas conversas com Nehru em 1956. Ele rejeitava a Linha McMahon, argumentando que era uma imposição imperial resultante da agressão britânica e da fraqueza chinesa na época. No entanto, reconhecendo que a linha havia se tornado uma fronteira de fato, declarou estar disposto a adotar uma abordagem mais pragmática em relação a ela.

Apesar de afirmar que a China precisava agir com cautela e levar tempo para resolver a questão, Chou acreditava ser possível alcançar uma “solução amigável”. No entanto, no caso de Aksai Chin, sua posição sempre foi inflexível, considerando a região parte inquestionável do território chinês. A carta enviada por Chou em setembro de 1959 adotou um tom mais rígido, reivindicando explicitamente tanto Aksai Chin quanto uma grande parte da área delimitada pela Linha McMahon como pertencentes à China. Além disso, a China acusou a Índia de perpetuar políticas coloniais britânicas, em vez de demonstrar solidariedade com um país que também foi vítima do imperialismo.

Durante e após a guerra, a principal emoção expressa pelo governo indiano e pelos membros do Parlamento não foi a humilhação, mas sim a sensação de “traição”. Esse sentimento diferia da simples humilhação, pois refletia a destruição da confiança que a Índia depositava na China. (CHACKO, págs. 94; 103)

Fica claro os motivos de preocupação da Índia com os seus vizinhos imediatos e a sua fragilidade militar. Logo após a independência, o país deve lidar com as divisões religiosas e a ameaça do Paquistão com a questão da Caxemira, que continua até atualmente. É importante notar como a Índia também fez uso da rivalidade entre os EUA e as URSS. Enquanto o Paquistão conseguiu um apoio mais robusto dos EUA, a Índia se aproximou da URSS para defender seus interesses nacionais, dessa maneira contrabalanceou a influência dos EUA e até mesmo a influência chinesa na região, essa última principalmente por causa da ruptura sino-soviética (1961-1989). A ruptura foi a crise nas relações entre a China e a URSS causadas por causa de diferenças políticas e ideológicas sobre o comunismo. Nehru tinha consciência que não conseguiria lidar com a China e o Paquistão ao mesmo tempo, então se aproximar da URSS enquanto mantinha um discurso idealista foi importante para a defesa do seu país.

1.3 Movimento dos Países Não Alinhados

No MNA, surgido na Conferência de Bandung em 1955, a Índia teve um papel central, defendendo um neutralismo ativo, a soberania e a igualdade entre as nações, além de se opor a pressões e interferências externas nos assuntos internos dos Estados, especialmente por parte das grandes potências. Apesar desse compromisso com o Não Alinhamento, a Índia manteve relações estratégicas com grandes potências, como evidenciado pelo Tratado Indo-Soviético de Amizade de 1971. Para Nehru, o alinhamento com blocos de poder marginalizava as nações mais fracas no sistema internacional. Ele acreditava que, à medida que o MNA crescesse, a Índia ganharia influência e poderia manter-se afastada da polarização da Guerra Fria. Inicialmente, as grandes potências menosprezaram essa postura, mas a atuação da Índia na mediação da Guerra da Coreia (1950–1953) ajudou a conferir maior credibilidade ao país no cenário internacional. O objetivo de Nehru era proteger a região da influência das superpotências, permitindo que a Índia consolidasse sua presença e influência localmente. No entanto, esse plano encontrou desafios significativos, especialmente devido às rivalidades com a China e o Paquistão. (SRIDHARAN, pág. 20).

Em 1953, a decisão dos Estados Unidos de firmar uma aliança militar formal com o Paquistão alterou o equilíbrio de poder no subcontinente. Antes desse acordo, Nehru acreditava ser possível manter a região em uma posição de neutralidade. Paralelamente, a França apoiava os EUA na Guerra da Indochina para preservar sua influência na região. Para Nehru, esses dois acontecimentos representavam frentes de um desafio maior à segurança da Ásia e um sinal da expansão da Guerra Fria no continente. Como resposta a esse cenário, ele buscou fortalecer os laços com a China para estabilizar a situação regional. Nehru via a aliança entre EUA e Paquistão como uma manifestação da Guerra Fria na região, que exigia uma resposta estruturada e coordenada em um nível extrarregional. (SINGH, págs. 100–101; 113).

Nehru queria reafirmar o compromisso da Índia com a paz. Em 1954, durante a Conferência de Genebra, organizada para discutir a Guerra do Vietnã, ele defendeu um cessar-fogo, permitindo que as partes envolvidas mantivessem seus ideais sem a necessidade de um conflito prolongado. No entanto, essa proposta foi publicamente rejeitada por Paris e Londres. Segundo Sridharan, a Índia interveio por preocupações globais (SRIDHARAN, pág. 27), mas também é possível argumentar que sua atuação refletia seus princípios e o desejo de manter um papel de destaque na região. Embora a França tivesse interesse na proposta discretamente, os Estados Unidos permaneceram contrários, pois viam o conflito como uma oportunidade estratégica para conter a influência da China. (SINGH, págs. 114-115)

Ainda de acordo com Singh, Nehru inicialmente não atribuía grande importância ao Plano Colombo nem à Conferência de Colombo. No entanto, sua postura mudou após o Secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, declarar uma abordagem mais agressiva em relação à Ásia. Nehru temia

que os pequenos Estados da região fossem forçados a tomar lados opostos. Sua maior preocupação era a formação de uma aliança militar, algo que ele preferia evitar. Em vez disso, defendia uma proposta de segurança regional baseada no conceito de uma “área de paz”. Para Nehru, os acordos deveriam ser bilaterais, permitindo que cada Estado decidisse seu próprio caminho, sem a necessidade de formar blocos. Ele acreditava que a diplomacia tornaria essa “área de paz” viável e garantiria que nenhum dos lados da Guerra Fria obtivesse vantagem, já que os Estados menores não seriam absorvidos por nenhuma das superpotências. (SINGH, pág. 121–122; 128)

O ex-Ministro da Defesa da Índia, Vengalil Krishnan Krishna Menon, aconselhou Nehru a não se envolver em esforços pacificadores na ONU, argumentando que a organização era tendenciosa e que a Índia deveria preservar sua postura independente. Em 1955, a crise em Taiwan se intensificava, e Nehru reconhecia os riscos que isso representava para a segurança regional. No dia 31 de janeiro daquele ano, o Conselho de Segurança da ONU convidou a China comunista para participar de um diálogo sobre um possível cessar-fogo nos Estreitos de Formosa. No entanto, os chineses rejeitaram rapidamente a proposta dos Estados Unidos. Embora Nehru não tenha se surpreendido com essa recusa, ele viu uma oportunidade na situação para reafirmar seu papel como mediador e defensor da paz na região. (SINGH, pág. 150–151)

Ambos os lados buscavam uma forma de estabilizar o status quo enquanto protegiam seus direitos, princípios e interesses estratégicos, o que estava alinhado com a visão de Nehru para uma Ásia estável. Sua prioridade era evitar uma escalada de tensões militares na região. Para isso, Nehru utilizou sua influência e sua reputação como pacificador para persuadir a China e os Estados Unidos — principalmente por meio do Reino Unido e do Canadá — a evitar provocações militares. Sua abordagem foi bem recebida tanto pela China quanto por Taiwan, mas os EUA mantiveram uma retórica agressiva. No entanto, no próprio governo norte-americano, figuras, como o Assistente Secretário de Estado George Venable Allen, viam com bons olhos a possibilidade de diálogo.

Nehru usou a Conferência de Bandung e a crise no Estreito de Formosa como oportunidades estratégicas para avançar com sua ideia de uma “área de paz”, que rejeitava tanto a formação de um “terceiro bloco” quanto a presença de forças estrangeiras na região. A Conferência de Bandung ajudou a fortalecer o engajamento da China com outras nações asiáticas e com os países não alinhados, além de abrir caminhos para um possível diálogo com os EUA. No final, a Declaração de Bandung foi bem recebida tanto pelos EUA quanto pela União Soviética e pela China, demonstrando ao Ocidente que a Índia estava ampliando sua influência e consolidando o grupo dos não alinhados em cooperação com a China. (SINGH, págs. 152–160; 163).

A partir de uma abordagem que poderia ser interpretada como construtivista, conforme a perspectiva de Wendt, Menon e Nehru conseguiram persuadir a China a adotar uma postura mais

pacífica. Como resultado, o governo chinês libertou quatro dos quinze membros da força aérea dos Estados Unidos que estavam detidos. Essa iniciativa gerou uma reação positiva nos Estados Unidos, tornando-os mais abertos ao diálogo. (SINGH, pág. 168) Em resposta, os EUA anunciaram sua intenção de iniciar diálogos com a China, embora tenham minimizado deliberadamente o papel da Índia no processo, atribuindo maior mérito à diplomacia do Reino Unido. No dia 25 de julho de 1955, China e EUA confirmaram que iniciariam conversações ao nível de embaixadores em Genebra a partir de 1º de agosto daquele ano. Embora Nehru considerasse a contribuição da Índia modesta, o episódio reforçou a imagem do país como mediador e pacificador, fortalecendo ainda mais o conceito de “área de paz” defendido por sua política externa. (SINGH, pág. 171)

Sridharan afirma que, em 1962, a guerra entre Índia e China, já mencionada anteriormente, gerou dúvidas entre as pequenas nações da região sobre a eficácia do MNA e expôs sua vulnerabilidade. Alguns países com inclinação pró-Occidente, como Tailândia e Filipinas, apoiaram a Índia como uma forma de resistência contra a China, enquanto o Vietnã do Norte se posicionou ao lado dos chineses. Outros, como Bruma e Camboja, preferiram manter-se neutros para evitar atritos diplomáticos. A Malásia foi a única nação a condenar publicamente a China. Apesar da simpatia ocidental pela causa indiana, o apoio direto não foi viável, pois a Índia havia sido uma defensora ativa do não alinhamento, o que impedia uma aproximação diplomática com os EUA baseada apenas na ameaça chinesa. Da mesma forma, a Índia não conseguiu estabelecer relações bilaterais mais próximas com esses países, pois faltava um histórico de cooperação que sustentasse essa aproximação. O envolvimento da Índia na política exterior regional sempre foi limitado e, com o fim do processo de descolonização no Sudeste Asiático, o país perdeu o interesse estratégico pela região. (SRIDHARAN, pág. 26).

Após a morte de Nehru, a política exterior indiana permaneceu relativamente estável. Lal Bahadur Shastri assumiu o governo sem promover mudanças drásticas, embora tenha fortalecido os laços com a União Soviética. Em 1966, Indira Gandhi chegou ao poder, permanecendo no cargo até 1977. Entretanto, a Guerra entre Índia e Paquistão em 1965, já mencionada anteriormente, foi um evento marcante que redefiniu a percepção dos líderes indianos sobre questões de segurança. Além disso, a postura passiva da Índia diante da crise no Vietnã, no mesmo ano, enfraqueceu sua posição e credibilidade como mediadora de conflitos, dificultando a manutenção de sua reputação como pacificadora no cenário internacional. (SINGH, pág. 235)

É possível notar o *soft power* indiano durante a criação do MNA. Nehru conseguiu ter um papel ativo na criação do órgão, importante fórum para se projetar internacionalmente em outros continentes e não apenas na sua área imediata e como uma defesa contra o alinhamento. Apesar disso, ele manteve parcerias estratégicas com a URSS para defender os interesses indianos e diminuir a

influência dos EUA na região. Além disso, Nehru conseguiu angariar apoio dos seus vizinhos mais imediatos durante o conflito contra a China, o que mostra como a política pacifista foi eficaz até um certo ponto. A guerra com a China foi essencial para que Indira Gandhi investisse mais nas Forças Armadas (FFAA) indianas e que apoiasse a criação da bomba nuclear.

CAPÍTULO 2

Realismo e desenvolvimento

2.1 Mudanças na política externa indiana

Em 1966, Indira Gandhi assumiu o cargo de Primeira-Ministra da Índia. Sua relação com a política indiana foi favorecida pelo fato de ser filha de Jawaharlal Nehru. Singh afirma que, diferentemente de seu pai, Indira Gandhi era discreta e reservada, evitando expor suas ideias publicamente ou influenciar discursos da mesma forma que ele fazia. Ainda assim, demonstrou grande habilidade e influência ao longo de seus mandatos. Inteligente e experiente, ela sabia como proteger os interesses da Índia sem desconsiderar as recomendações de seus conselheiros.

Indira Gandhi possuía três princípios fundamentais para a política externa do país. Primeiro, ela adotava uma visão mais regional, focada no subcontinente indiano, ao contrário de Nehru, que tinha uma perspectiva voltada para toda a Ásia. Segundo, buscava um equilíbrio de poder favorável à Índia, enquanto seu pai defendia a integração asiática. Por fim, optava por uma abordagem mais assertiva para resolver disputas, em contraste com a estratégia conciliatória de Nehru, que tentava acomodar diferentes pontos de vista. Apesar dessas distinções, Indira Gandhi manteve o compromisso com a independência da política externa indiana, sem a intenção de formar um novo bloco de influência, mas sim de preservar a neutralidade do país. (SINGH, págs. 193–194; 198; 212)

Surjit Mansingh, professora aposentada da Universidade George Washington, analisa a política externa de Indira Gandhi a partir de uma perspectiva realista, enfatizando o contexto internacional e doméstico em que ela atuou e sua abordagem pragmática em relação ao poder, em contraste com o idealismo de seu pai, Jawaharlal Nehru. Indira Gandhi via a política externa como uma busca por poder tangível, como poder econômico e militar, e não como uma busca por valores morais. Embora tenha adotado uma postura cautelosa e pragmática, ela usou a força militar quando necessário, como no Tratado Indo-Soviético de 1971, para garantir a segurança da Índia. Mansingh discorda de autores, como Kennedy, que sugerem que Nehru combinava idealismo e realismo, considerando essa combinação impossível. Ela observa que a Doutrina Indira, que visava consolidar a hegemonia da Índia, foi limitada pela falta de capacidade naval indiana e pela rivalidade com o Paquistão. Sua abordagem econômica também foi pragmática, visando a abertura econômica em seu segundo mandato.

No entanto, é importante destacar que Nehru e Indira Gandhi compartilhavam o mesmo objetivo de defender os interesses da Índia. Talvez Indira tenha sido mais pragmática e menos idealista do que Nehru, concentrando-se mais nas relações com os países vizinhos do que em discursos na ONU, como fazia seu pai. Indira também demonstrou uma postura mais favorável ao uso do *hard power*, como evidenciado por suas diversas operações militares, incluindo a intervenção em Bangladesh, a criação da bomba atômica e a Operação Blue Star, que serão discutidas mais adiante. Contudo, tanto Indira Gandhi quanto Nehru tinham em comum o compromisso com o desenvolvimento da Índia e com a aspiração de tornar o país uma potência regional.

A Índia não tinha interesse em construir uma base moral ou fortalecer materialmente qualquer bloco que pudesse avançar seus interesses, pois não buscava se tornar uma terceira potência em um mundo dividido entre dois polos. Embora mantivesse relações diplomáticas com diversas nações, não apoiava integralmente as ações dos blocos existentes nem pretendia influenciar outros países a aderirem a qualquer um deles. Indira Gandhi estava particularmente focada em preservar a integridade territorial da Índia, o que incluía questões como Goa, — uma situação que Jawaharlal Nehru havia decidido ignorar em prol da paz e porque os portugueses não eram considerados uma ameaça. Além disso, a questão de Caxemira e os desdobramentos em Bangladesh também eram pontos centrais em suas preocupações estratégicas. (SINGH, pág. 213–214)

De acordo com Ogden, Indira Gandhi adotou uma abordagem mais realista e focada no contexto regional para a política externa da Índia, ao mesmo tempo, em que as tendências intervencionistas da década de 1960 se intensificaram. Após a derrota para a China em 1962, o governo indiano passou a investir na modernização de suas Forças Armadas. Inicialmente, expandiu seu exército para um contingente de um milhão de soldados, criou novas divisões de montanha e fortaleceu sua força aérea. Já em 1980, a ênfase foi direcionada à modernização de seus sistemas de mísseis e artilharia, além da ampliação de seu poder naval. Essas iniciativas foram essenciais para garantir a segurança das linhas de comunicação do país, fundamentais para o comércio, o abastecimento energético, a evacuação de tropas, a prestação de ajuda humanitária e a manutenção da paz. Outros aspectos estratégicos incluíam a capacidade de projeção de força, coerção e dissuasão. (OGDEN, pág. 68) Além disso, a guerra em 1962 contra a China foi um trauma decisivo para a criação da bomba nuclear. (STEWART-INGERSOLL; FRAZIER, pág. 39)

Ogden demonstra que a política exterior da Índia foi influenciada por diversos fatores. Segundo George K. Tanham, membro do think tank norte-americano RAND Corporation, não existiam documentos sistemáticos que apresentassem princípios bem definidos ou um método

operacional claro para a estratégia indiana. Ao contrário da China, que publica periódicos sobre defesa, a Índia ainda não havia elaborado diretrizes formais sobre segurança nacional. Além disso, os políticos indianos não costumam anunciar objetivos ambiciosos de política exterior, como fazem os Estados Unidos ou o Reino Unido. A abordagem indiana em questões de segurança tende a ser conduzida de maneira improvisada, sem planejamento estruturado e com pouca atenção aos detalhes estratégicos. Essa falta de sofisticação pode ser atribuída à relativa juventude do país, que conquistou sua independência apenas em 1947. No entanto, ao analisar a política exterior indiana desde esse período, percebe-se que ela possui uma capacidade significativa de adaptação. Durante a Guerra Fria, por exemplo, Nova Déli demonstrou uma postura altamente reativa às transformações no cenário político dos países vizinhos. (OGDEN, pág. 67)

As Forças Armadas indianas desempenharam um papel fundamental em diversas campanhas de consolidação territorial, incluindo as operações em Junagadh em 1947, Hyderabad em 1948 e Goa em 1961. Além disso, estiveram envolvidas em conflitos militares contra o Paquistão nos anos de 1947–1948, 1965, 1971 e 1999, bem como na guerra contra a China em 1962. Também participaram de operações bilaterais para a restauração da paz no Nepal em 1950, no Sri Lanka em 1971 e entre 1987 e 1990, além de uma intervenção nas Maldivas em 1988. As FFAA da Índia tiveram um papel essencial no combate a movimentos separatistas e insurgências, como em Caxemira desde 1989 e no Punjab durante as décadas de 1970 e 1980, quando enfrentaram o movimento do Khalistão. Uma das operações mais notórias desse período foi a Operação Blue Star, realizada em 1984 contra separatistas Sikques no Templo Dourado, em Amritsar. Essa ação gerou grande revolta entre a comunidade Sique e levou ao assassinato de Indira Gandhi por seus próprios guarda-costas, que seguiam essa religião e ficaram indignados com a ofensiva militar. Além dessas operações, as FFAA indianas desempenham um papel significativo em missões de manutenção da paz das Nações Unidas, atuando em diversas regiões da Ásia, África, América Latina e Europa. (OGDEN, pág. 74)

Indira Gandhi foi uma personagem interessante na história do seu país. Foi a única mulher primeira-ministra na Índia e consegue quebrar expectativas. Seria esperado que ela seguisse os passos do pai, Nehru, e seguir com uma política externa que poderia ser considerada idealista, mas ela faz justamente o contrário, ela investiu no *hard power* e na consolidação territorial indiana. A Índia ainda é um país muito machista, mas deveria ter sido muito pior na época de Indira Gandhi, logo é impressionante que ela tenha chegado ao cargo de primeira-ministra e conseguido se manter tanto tempo no poder.

2.2 A Índia, as potências e as relações regionais

De acordo com Singh, até a assinatura do Acordo de Genebra em 1954, a Indochina era uma colônia francesa. O fim do primeiro conflito na região resultou no término do domínio colonial da França sobre o Vietnã. Como consequência dos acordos de 1954, o país foi dividido em Vietnã do Norte e Vietnã do Sul ao longo do Paralelo 17º, com uma Zona Desmilitarizada separando ambas as regiões. No entanto, em 1964, a situação se agravou, levando a um novo conflito, no qual os Estados Unidos apoiaram o Vietnã do Sul, enquanto a China ofereceu suporte ao Vietnã do Norte. Diante dessa crise, Indira Gandhi optou por não intervir diretamente, ao invés de tentar promover um diálogo entre as partes em conflito. Lal Bahadur Shastri, um dos principais líderes políticos da Índia, justificou essa posição afirmando que seria extremamente difícil organizar uma conferência de paz enquanto a guerra estava em um estágio tão intenso. A Índia, nesse contexto, preferiu manter uma postura neutra e evitar atribuir culpa a qualquer um dos lados envolvidos no confronto. (SINGH, págs. 222–223; 229)

Sridharan afirma que, entre 1967 e 1968, Indira Gandhi passou a considerar a segurança do Sudoeste Asiático uma questão fundamental para a própria estabilidade da Índia. A primeira-ministra destacou que o interesse indiano na região não era meramente teórico, pois os acontecimentos nesses países tinham impacto direto sobre a Índia. Dessa forma, a Índia não desejava que qualquer nação exercesse domínio sobre a área. Naquele período, os países que futuramente formariam a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) — um bloco criado para promover cooperação regional em aspectos econômicos, sociais, culturais, técnicos, educacionais, além de fomentar a paz e estabilidade — estavam buscando maior aproximação com o Ocidente. Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia viam essa aliança como um meio de se protegerem contra a influência da China. Além disso, esses Estados temiam que a retirada das forças ocidentais criasse um vácuo de poder na região, tornando-os vulneráveis.

Embora observasse atentamente esses desenvolvimentos, a Índia rejeitava a noção de um vácuo de poder. Indira Gandhi via esses países como parte da mesma região geográfica da Índia e acreditava que seus interesses estavam interligados. Assim, o governo indiano buscou fortalecer laços com esses Estados por meio de conferências econômicas, visando aprimorar as relações diplomáticas. Além disso, a Índia se posicionou contra a instalação de bases militares ocidentais no Sudoeste Asiático, reforçando sua postura de defesa da autonomia regional. (SRIDHARAN, pág. 33–36)

A Índia e os países da ASEAN poderiam ter formado uma aliança contra a China, mas isso não aconteceu, pois, para a Índia, isso significaria admitir que sua postura em relação à China estava equivocada e que não poderia mais a defender. Além disso, a Índia não tinha interesse em estabelecer

um bloco econômico. Em vez disso, os indianos preferiam promover a cooperação econômica como um meio de integrar a região. A Índia via a China como um desafio, especialmente devido à sua expansão militar e uso de métodos subversivos. No entanto, não poderia confrontá-la diretamente, pois considerava o comportamento chinês imprevisível em suas relações com outros países. Assim, formar um grupo para conter a China não parecia uma estratégia inteligente. Além disso, o isolamento da China poderia resultar em consequências desastrosas, algo que a Índia queria evitar. A visão indiana sobre segurança regional não se baseava em tratados ou alianças militares, mas sim na cooperação e no fortalecimento dos interesses econômicos e culturais. Por isso, a Índia seguiu uma abordagem diferente. Quando a ASEAN foi oficialmente estabelecida pela Declaração de Bangkok em 1967, a Índia demonstrou interesse no grupo, pois refletia sua própria visão de cooperação econômica. No entanto, a Índia não buscou forçar sua entrada na organização, mantendo sua política independente na região. (SRIDHARAN, pág. 38–39; 43; 46)

De acordo com Singh, em 1966 a política externa de Indira Gandhi sofreu mudanças devido aos bombardeios dos Estados Unidos contra o Vietnã do Norte e à intensificação do conflito na região. Indira Gandhi fez críticas públicas às ações norte-americanas, o que gerou ressentimento por parte dos Estados Unidos, que argumentavam que o Vietnã do Norte também realizava ataques contra o Sul. No entanto, Nova Déli não podia permanecer em silêncio diante da situação e tentou restabelecer alguma forma de diálogo. A União Soviética aprovou a postura da Índia e, em 16 de julho, Moscou emitiu um comunicado conjunto com Nova Déli condenando as ações imperialistas no Vietnã do Norte. Indira Gandhi utilizou a estratégia do equilíbrio de poder para avançar com seus objetivos, empregando suas declarações de maneira estratégica para obter vantagens tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética.

Após intensas negociações e discussões com os norte-americanos, surgiram novas tensões regionais, pois a Índia passou a desconfiar da crescente aproximação entre o Paquistão e a China, enquanto os Estados Unidos aproveitavam a situação para fortalecer seus próprios interesses. Paralelamente, Washington e Pequim mantiveram um diálogo mais produtivo, o que contribuiu para a redução das tensões no Vietnã. Diante desse cenário, o objetivo da Índia passou a ser a melhoria das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Isso poderia fortalecer a posição geoestratégica da Índia, transformando-a em um ponto de convergência entre as potências globais. (SINGH, págs. 246–248; 253)

Os indianos tentaram persuadir os EUA a substituir sua estratégia de bombardeios no Vietnã do Norte por uma abordagem mais voltada para a negociação, argumentando que o regime vietnamita era altamente dependente da China. Indira Gandhi ajustou sua política externa com o objetivo de construir uma postura independente para a Índia, não baseada unicamente no papel de pacificadora,

mas sim na busca por segurança e oportunidades para expandir sua influência no sistema asiático.

Enquanto Jawaharlal Nehru buscava reformular a geopolítica da Ásia e estabilizar as relações entre as grandes potências, Indira Gandhi tinha um objetivo diferente: promover um alinhamento estratégico entre as potências globais para conter a influência chinesa na Indochina e consolidar a posição da Índia como um ponto de equilíbrio entre os blocos rivais. Além disso, ela procurava explorar certas dinâmicas da geopolítica asiática para fortalecer a posição estratégica da Índia, em um movimento que contrastava com a estratégia adotada por Nehru. Outro fator relevante foi a necessidade de Indira Gandhi de obter legitimidade no próprio país, o que também pode ter influenciado suas decisões e ações na política externa. (SINGH, págs. 255; 257; 261–265)

Em 1971, uma crise eclodiu entre o Paquistão e a Bengala do Leste. A região buscava maior autonomia em relação ao Paquistão Oriental, e o conflito rapidamente se alastrou para as fronteiras indianas devido ao grande fluxo de refugiados, o que representava um desafio para a segurança da Índia. Diante desse cenário, a Índia desempenhou um papel fundamental para enfraquecer os laços entre o Paquistão Oriental e o governo paquistanês. Como resultado, a Índia apoiou ativamente a independência de Bangladesh, garantindo que o novo país se separasse completamente do Paquistão. (OGDEN, págs. 23–24; SINGH, pág. 267)

A crise foi encarada pela Índia como uma oportunidade estratégica para enfraquecer o Paquistão, reduzindo sua capacidade militar e redefinindo o equilíbrio geopolítico no subcontinente. Com esse objetivo em mente, a Índia adotou diversas estratégias, incluindo operações militares convencionais, a busca por apoio de uma grande potência — especialmente Moscou —, o aprimoramento de táticas para desgastar as forças armadas paquistanesas e uma intensa atividade diplomática para moldar uma opinião global favorável à mudança de regime. Todos esses esforços foram planejados e implementados com a meta final de assegurar a separação do Paquistão Oriental e a criação de Bangladesh como um Estado independente. (SINGH, pág. 299)

Apesar da importante atuação da Índia na crise, o Estado não conseguiu convencer os países da ASEAN da seriedade da situação. (SRIDHARAN, pág. 88). Segundo Ogden, a vitória da Índia sobre o Paquistão em 1965 desempenhou um papel crucial no conflito de 1971, por resultar na assinatura de um Tratado de Paz, Amizade e Cooperação com a União Soviética. Esse acordo impediu que a ONU limitasse as ações da Índia e garantiu um fluxo significativo de armas e assistência militar ao país, superando em grande escala o apoio que os Estados Unidos forneceram ao Paquistão.

Durante a crise de Bangladesh, um grande número de refugiados atravessou a fronteira em direção à Índia, o que levou o governo indiano a considerar a necessidade de intervir no conflito. No entanto, os países da ASEAN enxergavam a situação como um problema interno do Paquistão e acusavam a Índia de violar a Carta da ONU ao recorrer ao uso da força. Em resposta, a Índia

argumentou que a crise era uma questão de política exterior, uma vez que o fluxo de refugiados representava um desafio direto à sua segurança e estabilidade. É importante destacar que Bangladesh está quase completamente cercado pelo território indiano, o que reforçava a relevância da crise para a Índia. Após garantir a independência de Bangladesh, a Índia retirou suas tropas do território recém-formado e, em 1972, firmou o Tratado de Simla, estabelecendo um acordo de paz com o Paquistão. A decisão de retirar suas forças trouxe alívio aos países da ASEAN, que temiam um prolongamento do conflito.

Embora a Índia acreditasse que o Sudoeste Asiático estivesse livre de interferências externas após a crise, percebeu que os Estados da ASEAN estavam avançando no processo de normalização das relações com a China comunista. Para equilibrar essa dinâmica e evitar o isolamento regional, a Índia passou a se empenhar no fortalecimento de suas relações diplomáticas com esses países. (SRIDHARAN, pág. 89; 92; 100) A Índia manteve uma disputa aberta com Bangladesh em 1979 sobre a posse de uma ilha na Baía de Bengala, a Ilha Talpatti do Sul (Bangladesh) ou Ilha New Moore/Purbasha (Índia). (VISENTINI, pág. 114) A ilha desapareceu em 2010, por conta do aumento do nível dos mares. (MAGNIER, 2010)

Após os eventos de 1971, a nova “Doutrina Indira” passou a desencorajar a interferência de outras nações na região por meio de estratégias de dissuasão e demonstração de força militar. Como parte dessa política, a Índia interveio para garantir a estabilidade no Sri Lanka em 1971 e nas Maldivas em 1988. No entanto, a tentativa de intervenção no Sri Lanka entre 1987 e 1990 não obteve sucesso. Indira Gandhi, enquanto ocupava o cargo de primeira-ministra, autorizou a realização de um teste nuclear em 18 de maio de 1974, chamado *Smiling Buddha*. Embora o governo indiano tenha afirmado que a explosão tinha propósitos pacíficos e era voltada para o desenvolvimento da tecnologia nuclear para geração de energia, a comunidade internacional interpretou o teste como um passo significativo na direção da obtenção de capacidade nuclear militar. Apesar das sanções impostas contra a Índia após o teste, a ação foi vista como uma estratégia para reduzir sua dependência das grandes potências. (OGDEN, págs. 23-24)

Singh destaca que, entre 1970 e 1975, ocorreu o processo de integração de Siquim ao território indiano. Durante o governo de Jawaharlal Nehru, a política em relação à região era de mínima interferência, pois Siquim era vista como um “estado-tampão” e não como uma área a ser incorporada ao território da Índia. Nehru não apoiava a ideia de anexação da região em 1947, preferindo preservar o status quo. Ele valorizava a autodeterminação e a vontade popular, mas, ao mesmo tempo, rejeitava a possibilidade de integrar Siquim ao Estado indiano.

A postura de Nehru estava alinhada com sua visão de pacificação e estabilização regional. No entanto, após a vitória do comunismo na China em 1949, a Índia começou a reconsiderar sua política

em relação a Siquim. Havia preocupações sobre a crescente influência chinesa no Tibete e seus possíveis impactos na segurança indiana. Apesar disso, Nehru manteve sua abordagem cautelosa e realizou consultas com os representantes políticos de Siquim sem modificar significativamente sua posição.

Ainda segundo Singh, após o conflito entre a Índia e a China em 1962, o Chogyal, monarca de Siquim, tentou ampliar a autonomia da região e revisar o Tratado Índia-Siquim de 1950. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, T. N. Kaul, adotou uma postura mais cooperativa e não intervencionista, defendendo uma reestruturação nas relações com Siquim. No entanto, surgiram divergências crescentes entre os políticos indianos, como K. S. Bajpai, que acusava o Chogyal de interferir na influência indiana e de expandir seu território, enquanto Bajpai pedia uma intervenção direta da Índia.

Esse era um período delicado para a Índia, especialmente com a independência do Bangladesh em andamento. Contudo, Siquim era uma região de grande importância estratégica, e Indira Gandhi, mais intervencionista que seu predecessor Jawaharlal Nehru, decidiu agir. A Research and Analysis Wing (R&AW), a agência de inteligência indiana, desempenhou um papel crucial em Siquim, promovendo a criação de partidos políticos, fomentando passeatas e manifestações em favor da democracia, e desestabilizando a região. Os Chogyal não previam que as forças democráticas seriam tão fortes, e, diante disso, solicitaram formalmente à Índia ajuda para controlar a situação e manter-se no poder. Ao mesmo tempo, o Comitê de Ação Conjunta, apoiado pela R&AW, também pediu à Índia que interviesse para garantir os direitos democráticos do povo de Siquim. Em menos de 24 horas, o exército indiano entrou em ação e designou um administrador para Siquim, embora o território ainda não tivesse sido integrado à Índia. (SINGH, págs. 314–331)

Após intensas negociações e reformas eleitorais, os Chogyal solicitaram a ajuda de Indira Gandhi para restaurar o poder dos monarcas. Indira Gandhi, no entanto, orientou os monarcas a não se oporem aos políticos eleitos. Finalmente, em 16 de maio de 1975, Siquim se integrou à Índia por meio de uma emenda constitucional que transformou o território no vigésimo segundo estado indiano. Indira Gandhi, ao contrário de seu pai, alterou o status quo da região, estabelecendo uma nova ordem com a Índia no centro. (SINGH, págs. 331–342)

De acordo com Ogden, durante os mandatos de Indira Gandhi, o Congresso continuou a dominar a política interna, apesar da suspensão da Constituição e do processo democrático entre 1975 e 1977. Indira foi deposta após as eleições, mas retornou ao poder em 1980, após o colapso de uma coalizão com o BJP devido a diferenças ideológicas. A política indiana tornou-se mais complexa e volátil devido às acusações de corrupção e à instabilidade interna. Isso se deu principalmente por conta dos Siques, que tentaram criar um “Kalistão” em Punjab, dos Tamils no Sul da Índia, que exigiam autogoverno, e da insurgência na Caxemira, com apoio do Paquistão. Devido a essas tensões,

Indira Gandhi foi assassinada em 1984 por seus guarda-costas. Seu filho assumiu o poder e governou até ser morto em 1991 em um ataque suicida Tâmil. (OGDEN, págs. 23–24)

Entre 1969 e 1971, a Índia inicialmente se opôs ao pacto de segurança soviético, mas acabou passando a apoiá-lo. A Índia defendia um acordo internacional que garantisse a integridade territorial das pequenas nações asiáticas após a retirada das forças militares ocidentais, enquanto os EUA se opunham a qualquer plano de segurança para essas nações que subordinasse os interesses americanos aos interesses regionais. Com o tempo, a Índia e a União Soviética começaram a se apoiar mutuamente, e a Índia aceitou o plano soviético para a segurança da região. A visita de Henry Kissinger à China, em julho de 1971, aumentou ainda mais a tensão na região. Em 1972, a Índia e Bangladesh assinaram um Tratado de Amizade, Cooperação e Paz. Curiosamente, a Índia era o único país a apoiar a proposta soviética, uma vez que as nações da ASEAN decidiram se distanciar dessa proposta. Esse apoio da Índia também fez com que, para os países da ASEAN, a Índia fosse vista como uma aliada da União Soviética. (SRIDHARAN, pág. 63-69)

De acordo com Chacko, o período entre 1972 e 1977 foi marcado por uma *política de paranoia*, que culminou em um breve período de regime autoritário sob Indira Gandhi em 1975, conhecido como “a Emergência”. Nesse período, surgiu uma política na Índia que teve repercussões importantes para o sul da Ásia. Embora a autora não se aprofunde em detalhes sobre o tema, ela aponta que essa política paranoica não surgiu apenas das dinâmicas internas da política do país, mas também possuía implicações internacionais significativas. Como resultado, houve uma fusão da unidade e segurança da Índia com a do Sul da Ásia, o que contribuiu para criar um ambiente de insegurança psicológica que favoreceu a ascensão de figuras mais duras, como Jyotindra Nath Dixit, um diplomata indiano que, em 1991, se tornou Ministro das Relações Exteriores, na formulação das políticas externas regionais.

Em junho de 1975, Indira Gandhi foi considerada responsável por negligência eleitoral e desqualificada para ocupar cargos públicos por seis anos, uma decisão que deu novo fôlego ao movimento popular contra ela. Relatórios de inteligência sugeriam o envolvimento da CIA no movimento e revelaram os planos de Jayaprakash Narayan, líder político e principal opositor de Indira Gandhi, para incitar uma rebelião nas forças armadas e na polícia. Indira Gandhi anunciou que seria necessário um estado de emergência. Em 26 de junho, após a prisão de milhares de opositores usando os poderes de detenção preventiva da era colonial, Indira Gandhi decretou um regime de emergência, alegando haver uma conspiração ampla para destruir a democracia, ameaçando a unidade, a estabilidade e o progresso econômico da Índia, além de forças externas que poderiam atacar o governo. O discurso oficial da Emergência, portanto, revisitou duas narrativas interligadas à Índia que haviam surgido durante o período colonial: a da fragilidade da unidade territorial e a

vulnerabilidade da Índia a manipulações estrangeiras. (CHACKO, pág. 143–144)

Sridharan volta a focar na futura ASEAN, apontando que, entre 1977 e 1979, Morarji Desai, o novo primeiro-ministro, e o BJP assumiram o poder. O Ministro das Relações Exteriores, A. B. Vajpayee, se opunha à ideia de se alinhar com qualquer potência. Para ele, a Índia deveria permanecer não alinhada e dar a impressão de não estar alinhada. Essa posição foi uma crítica indireta a Indira Gandhi, pois a antiga primeira-ministra parecia ter se aproximado da União Soviética.

O novo governo também tinha o objetivo de promover o “bilateralismo beneficiário”, buscando construir confiança e cooperação com os países vizinhos, visto que a Índia não tinha uma boa imagem devido à sua atuação durante a luta pela independência de Bangladesh. Apesar do discurso do novo Ministro das Relações Exteriores, as bases da relação com a União Soviética não foram alteradas, mas as relações com os Estados Unidos melhoraram. Com a China, tanto a Índia quanto a China se esforçaram para normalizar suas relações. A Índia também focou em melhorar os laços com os países da região, incluindo o Paquistão, com o qual, apesar das diferenças, foi possível estabelecer um diálogo e evitar interferência na política interna. Além disso, a Índia procurou estreitar ainda mais os laços com a ASEAN. (SRIDHARAN, págs. 109–114)

Em 1979, a Índia repudiou a invasão do Afeganistão pela União Soviética, mas após as eleições, a primeira-ministra Indira Gandhi passou a criticar as ações dos Estados Unidos na sub-região. Essa postura foi interpretada como uma forma de apoiar as ações da União Soviética, o que gerou desconfiança entre os países da região. (SRIDHARAN, pág. 136)

A morte de Indira Gandhi em 1984 colocou seu filho mais velho, Rajiv Gandhi, no poder, e ele estava ainda mais determinado a fazer com que a Índia desempenhasse um papel ativo na mediação da crise no Sri Lanka. Rajiv Gandhi assumiu o governo com o objetivo de levar o país para o século XXI. Enquanto Jawaharlal Nehru valorizava cientistas, engenheiros e arquitetos que construíam novas cidades, usinas nucleares, siderúrgicas e barragens na Índia, Sanjay Gandhi, o filho mais novo de Indira Gandhi, liderava a sua “Brigada de Ação”, que buscava modernizar a Índia por meio de programas de embelezamento urbano e controle populacional. Rajiv Gandhi, por sua vez, contava com seus aliados — executivos e tecnocratas pragmáticos, muitos dos quais haviam sido colegas na Escola Doon ou na Universidade de Cambridge. Para Rajiv Gandhi e seus apoiadores, a modernidade da Índia estava ligada à eficiência do Estado, que poderia ser alcançada por meio da reforma da burocracia estatal, da desregulamentação da economia e do uso de tecnologias avançadas de informática. Eles representavam uma elite masculina e tecnocrática. Rajiv era considerado correto, decente, honesto, científico e desejava modernizar a Índia com novas ciências e tecnologias. Ele estava impaciente para atingir seus objetivos, razão pela qual liberalizou a importação de tecnologia e conhecimentos de outros países. (CHACKO, pág. 151)

É possível perceber as mudanças e as continuidades na política externa indiana com Indira Gandhi. A continuidade se revela no fato que Indira Gandhi fortaleceu os laços com a URSS, mesmo mantendo o discurso de não alinhamento. Isso se dá pelos motivos já apontados antes de lidar com a influência dos EUA e da China na região, mas também como uma maneira de conseguir melhorar as FFAA indianas por meio de treinamentos em conjunto e armamentos. Além disso, Indira Gandhi interferiu abertamente na crise de 1971 de Bangladesh, e é difícil pensar se Nehru agiria dessa maneira. A ação mais importante de Indira Gandhi foi a Operação *Blue Star*. Nehru, enquanto ainda estava vivo, se mostrava indeciso sobre a autonomia de Siquim, já Indira Gandhi orquestrou uma maneira de integrar o território à Índia, intervindo diretamente na autonomia da região. Enfim, as ações mudaram profundamente a geopolítica do subcontinente indiano.

2.3 *Smiling Buddah*

Segundo Ogden, as ambições para um programa nuclear começaram em 1948, com a criação da Comissão Indiana de Energia Atômica. Nehru ficou responsável pelo Departamento de Energia Atômica, instituído em agosto de 1954, que permaneceu sob o controle direto dos primeiros-ministros. O objetivo era promover o progresso econômico, superando a exploração colonial, desenvolver infraestrutura técnica e ganhar prestígio internacional por meio da ciência. Com mais financiamento durante os anos de 1950, os líderes indianos viam a ciência nuclear como uma forma de demonstrar o renascimento do Estado no cenário global. Desse modo, o programa nuclear também contribuiu para o desenvolvimento das indústrias, com cientistas como Homi J. Bhabha, um físico indiano, considerado o pai do programa nuclear da Índia. Inicialmente, o uso da energia nuclear foi enfatizado para fins pacíficos, com o objetivo de promover o desarmamento mundial, o que se refletia na ênfase no desenvolvimento econômico e no baixo investimento militar, além do princípio de não alinhamento e da rejeição à violência. No entanto, todos os políticos estavam cientes de que as armas nucleares poderiam ser usadas para fins de defesa, e, portanto, a tecnologia nuclear poderia ser convertida em armamento, como um desejo de imitar as grandes potências. (OGDEN, pág. 76–77)

Conforme o autor, a Índia tem consistentemente defendido o desarmamento nuclear global. Foi o primeiro país a fazer um apelo pela proibição dos testes nucleares com a Irlanda em 1952, solicitou um tratado universal de não proliferação em 1965, pediu um tratado de não uso de armas nucleares em 1978, propôs um “congelamento nuclear” para proibir a produção de materiais fissíveis para armas em 1982 e sugeriu um programa gradual para eliminar as armas nucleares (Plano de Ação da ONU Rajiv Gandhi) em 1988. A Índia também apoiou o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares de 1963 e foi copatrocinadora do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) a partir de

1965. Contudo, a Índia se recusou a ratificar o TNP, devido a objeções quanto à diferenciação entre os Estados possuidores de armas nucleares — aqueles que haviam realizado testes antes de 1967 e podiam manter suas armas — e os não nucleares, que estavam proibidos de possuir ou desenvolver armas nucleares. Esse mesmo posicionamento foi adotado em relação ao Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT), que a Índia copatrocinou, mas não assinou. Apesar de ter realizado testes nucleares em 1998, os líderes indianos continuam firmemente contra a proliferação de armas nucleares e a favor do desarmamento nuclear global. A Índia também assinou a Convenção sobre Armas Biológicas de 1972 e a Convenção sobre Armas Químicas de 1993, além de apoiar iniciativas para uma Convenção sobre Armas Nucleares.

Durante a Guerra Fria, a Índia estava mais focada em avançar tecnologicamente no campo da energia nuclear do que em desenvolver um arsenal nuclear. Em abril de 1954, Nehru defendeu a eliminação das armas nucleares e pediu para todos os países cessarem seus testes. No entanto, a partir de 1955, a Índia estabeleceu cooperação com países como os EUA, Canadá, França e Reino Unido. Essas parcerias resultaram na construção do primeiro reator nuclear para pesquisa na Índia — e na Ásia — chamado APSARA, além da pesquisa CIRUS (pesquisa para água pesada) em 1960. Em 1962, a Índia começou a produzir sua própria água pesada e, em 1965, separou o plutônio pela primeira vez, o que poderia ser importante tanto para a geração de energia quanto para armas nucleares. Embora em 1962 a Índia já avançasse na pesquisa de uma bomba nuclear, a decisão de seguir nessa direção só seria tomada caso o país fosse ameaçado por uma nação com armas nucleares, o que permitiria à Índia se tornar independente da necessidade de contar com uma potência nuclear para sua segurança. Em 1964, a China iniciou seus testes nucleares, enquanto os Estados Unidos já haviam realizado os seus em 1945, a União Soviética em 1949, o Reino Unido em 1952 e a França em 1960. Após falhas diplomáticas da Índia em obter garantias de segurança dos EUA e da União Soviética, a pressão para a independência nuclear se intensificou, e em 1964 o Primeiro-Ministro Lal Bahadur Shastri iniciou o programa para a Índia desenvolver sua própria bomba nuclear. As ameaças da China criaram um novo cenário durante a guerra entre Índia e Paquistão em 1965, e a aproximação entre China e Paquistão destacou ainda mais a necessidade de a Índia possuir uma bomba nuclear. Os indianos se sentiam ameaçados pela China e perceberam que a China buscava limitar a influência da Índia. Em 1967, a Índia se opôs ao TNP, alegando que o tratado não oferecia igualdade e segurança para todos os Estados, como já foi mencionado. (OGDEN, págs. 79–80)

Ogden afirma que, depois de os EUA, em 1972, se aliarem à China e ao Paquistão para criticar as ambições da Índia em relação aos testes nucleares, a percepção de uma frente unida contra a Índia ficou clara na mente dos políticos indianos, assim como o monopólio chinês sobre as armas nucleares na Ásia. Essa percepção, juntamente com os avanços feitos pelos cientistas indianos, levou Indira

Gandhi a realizar um teste nuclear em 1974, denominado Explosão Nuclear Pacífica, com o codinome de “Buda Sorridente”. A França parabenizou a Índia, enquanto a União Soviética e a China optaram por não comentar; os Estados Unidos e o Canadá, por sua vez, interromperam as cooperações com a Índia. A reação dos Estados Unidos e do Canadá foi severa, pois a Índia desafiou as potências nucleares já estabelecidas e porque reatores norte-americanos e canadenses foram usados no desenvolvimento da bomba. Como a Índia não havia assinado o TNP, ela não estava sujeita à supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica, o que aumentou a indignação internacional. Esse episódio resultou na criação do Grupo de Fornecedores de Londres, que mais tarde se transformou no Grupo de Fornecedores Nucleares, com o objetivo de controlar a exportação e a transferência de materiais utilizados na produção de armas nucleares. Essa medida impediu que a Índia recebesse assistência para seu programa nuclear, mas, ao mesmo tempo, fortaleceu a necessidade de autonomia nuclear por parte do país. (OGDEN, págs. 81–82)

Com base em Visentini, devido às pressões da Guerra Fria, o não alinhamento se tornou cada vez mais pragmático, enquanto a preocupação com a segurança interna aumentava. Isso explica o desejo da Índia de desenvolver uma política autônoma de tecnologia militar e garantir sua própria segurança. Esse objetivo ficou evidente quando a Índia realizou seu teste nuclear em 1974, dez anos após a China. Por esse motivo, entre outros, a Índia optou por não assinar o TNP. Esses acontecimentos, juntamente com o apoio de Moscou à Índia e o apoio de Washington ao Paquistão (pelo Pacto de Assistência Mútua de Defesa de 1954), complicaram as relações entre a Índia e os Estados Unidos, embora houvesse ocasiões em que ambos os países colaboraram em outras áreas. (VISENTINI, pág. 115)

O programa foi criado sob Nehru com o objetivo de ganhar prestígio internacional por meio da ciência. De certa forma isso virou realidade com a quantidade de indianos ascedendo cargos importantes em indústrias de tecnologia, como já discutido anteriormente. É impossível saber se Nehru pretendia criar uma bomba nuclear, mas ele continuava com sua poostura de apoio ao desarmamento. Indira Gandhi continuou com essa postura, copatrocinando o TNP e o CTBT mas não o assinou e, Indira Gandhi, como já apontado, investia muito nas FFAA e tinha uma preocupação com a segurança indiana. É importante notar que a explosão ocorreu no meio do período da *política de paranoia*, em 1974, contribuindo para esse pensamento de insegurança que permeava o governo indiano. De toda a forma, foi um passo importante para a autonomia e segurança da Índia, e, apesar de sanções e críticas dos EUA após a explosão, atualmente a Índia e os EUA possuem um Acordo 123, um acordo de cooperação nuclear.

Considerações finais

A independência da Índia, proclamada em 15 de agosto de 1947, ocorreu no contexto da descolonização e da Guerra Fria, marcando o fim do domínio britânico e inspirando movimentos de libertação na Ásia e na África. O processo combinou a resistência pacífica, simbolizada por Mahatma Gandhi, que promoveu a desobediência civil e o boicote a produtos britânicos, com o pragmatismo de Jawaharlal Nehru, que buscava consolidar a soberania nacional em seu governo. A partilha territorial entre Índia e Paquistão gerou intensos conflitos religiosos e deslocamentos em massa, culminando em disputas pela Caxemira e na independência de Bangladesh em 1971. No cenário internacional, a Índia emergiu como líder do MNA, adotando uma posição neutra entre os blocos liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética, o que ressalta o pragmatismo de Nehru.

Após a conturbada independência, observou-se que os líderes da Índia estavam interessados em promover o Estado na arena internacional por meio de uma estratégia de equilíbrio de poder e exercício de influência. A nação, militarmente fraca, mas autoconfiante em um mundo bipolar, priorizou o envolvimento multilateral, especialmente através da ONU. Assim, a Índia tornou-se uma espécie de representante de um mundo emergente durante a Guerra Fria, escolhendo o multilateralismo como forma de obter apoio de Estados marginalizados, imperializados e pós-coloniais. O multilateralismo se apresenta como a melhor estratégia para países com recursos limitados, pois permite ampliar sua influência ao atuar em coalizões e organismos internacionais. Para nações recém-independentes, como a Índia no período pós-colonial, essa abordagem possibilitou evitar alinhamentos rígidos com as superpotências da Guerra Fria, fortalecendo sua autonomia e garantindo apoio de outros Estados em situação semelhante. Além disso, ao buscar o multilateralismo, esses países conseguiram maior projeção diplomática, inserindo-se no debate global sem depender exclusivamente de alianças bilaterais assimétricas. Com uma postura de aspirante a grande potência, a Índia assumiu responsabilidade especial, sendo o primeiro Estado a obter independência após a Segunda Guerra Mundial, enquanto promovia o não-alinhamento — uma forte influência de poder brando globalista. Além disso, a Índia defendia causas como o anticolonialismo, o desenvolvimento e o desarmamento nuclear.

A política de Nehru, como discutido, é frequentemente vista como idealista ou liberal, mas apresenta traços importantes de realismo. Ele reconhecia as limitações do país, que herdara uma situação geopolítica complicada com a China e o Paquistão, além de uma população desunida pela religião e assolada pela fome. Além disso, a Índia era, e ainda é, uma sociedade de castas. Embora o

sistema tenha sido formalmente abolido em 1950 pela Constituição Indiana, ele persiste na sociedade em geral. Assim, é notável que Nehru tenha conseguido manter-se relevante, apesar desses desafios, e assegurar uma certa autonomia por meio do MNA. Contudo, é contraditório que Nehru, ao mesmo tempo em que apoiava os princípios da Carta da ONU pelo fim da colonização e do racismo, enfrentasse o problema das castas em nível nacional.

Indira Gandhi, por sua vez, foi uma figura marcante na política indiana. Ela foi a única mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra, o que é impressionante considerando o machismo predominante em grande parte da sociedade indiana até os dias atuais, embora pertencesse à casta brâmane, a mais alta do hinduísmo, o que a privilegiou. Filha de Nehru, Indira Gandhi teve contato com o poder desde cedo, desfrutando de oportunidades que outros políticos talvez não tivessem. Sua abordagem era bem diferente da de seu pai. Enquanto Nehru era idealista em palavras e ações, deixando o enfrentamento militar como último recurso, Indira Gandhi focava no poderio militar e na conquista de seus objetivos à força. No contexto da Guerra Fria, a postura idealista de Nehru, voltada para o não alinhamento e a diplomacia, buscava consolidar a posição da Índia como líder do Terceiro Mundo, evitando envolvimento direto nos conflitos entre as superpotências. Essa estratégia foi relevante para garantir apoio internacional e preservar a soberania indiana. Já a ênfase de Indira Gandhi no poderio militar pode ser vista como uma resposta pragmática às ameaças externas e às instabilidades internas. O fortalecimento militar foi essencial na guerra contra o Paquistão em 1971, que resultou na independência de Bangladesh, e na consolidação da Índia como potência regional. Além disso, a demonstração de força ajudava a conter desafios internos, como movimentos separatistas e crises econômicas, ao projetar uma imagem de liderança firme e capaz de garantir a estabilidade do país.

Indira Gandhi trouxe um novo significado à autonomia indiana, intervindo na independência de Bangladesh em 1971 e adquirindo a bomba atômica. Internamente, demonstrou força ao enfrentar separatismos, especialmente com a Operação *Blue Star*, que visava controlar a região do Punjab e o separatismo dos sikhs. Essa operação, no entanto, resultou em seu assassinato por seus guarda-costas que seguiam a religião sique e estavam furiosos com a operação.

A partir de 1966, sob o governo de Indira Gandhi, a Índia passou a ser cada vez mais marginalizada com a promoção do realismo em seu pensamento e comportamento estratégicos. Essa mudança foi marcada pela invasão unilateral de Bangladesh em 1971 — em contraste com as normas não intervencionistas; pelo Tratado de Amizade e Cooperação com a União Soviética em agosto de

1971 — que contradizia a política de não-alinhamento; e pela Explosão Nuclear Pacífica de 1974 — um confronto com a ideia de desarmamento universal, mas um passo importante para a autonomia indiana, ainda que isso gerasse descontentamento entre as potências nucleares. Consequentemente, a influência multilateral da Índia tornou-se marginalizada, mesmo tendo contribuído para a criação da Nova Ordem Econômica Internacional na década de 1970 — que buscava reequilibrar as desigualdades entre os mundos desenvolvido e em desenvolvimento — e sendo um grande contribuinte técnico para a ONU.

Estudar a trajetória da política exterior indiana no pós-independência é fundamental para compreender como o país navegou entre os desafios do sistema bipolar da Guerra Fria e sua recente ascensão no cenário global. Durante o período do "equilíbrio nuclear" entre Estados Unidos e União Soviética, a Índia buscou garantir sua segurança e autonomia, adotando uma postura pragmática que combinava o multilateralismo com o fortalecimento militar. No século XXI, sua política externa enfatiza a segurança, o desenvolvimento e a autonomia estratégica, refletindo sua crescente influência global. Este estudo, embora introdutório, abordou um tema complexo e amplo, e algumas fragilidades podem ser identificadas, como a extensão do período analisado, que exige uma investigação mais detalhada para captar plenamente as nuances da política externa indiana em diferentes momentos históricos.

Referências

Bibliografia

AsPr Andrew Kennedy. Disponível em: <<https://researchportalplus.anu.edu.au/en/persons/andrew-kennedy>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

Bandung Conference (Asian-African Conference), 1955. OFFICE OF THE HISTORIAN. **Milestones: 1953–1960 - Office of the Historian.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1953-1960/bandung-conf>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CHACKO, Priya. **Indian Foreign Policy: The politics of postcolonial identity from 1947 to 2004.** 1ª ed. Oxônia: Routledge, 2012.

CHAULIA, Sreeram. **India's 'power' attributes.** IN: SCOTT, David. **Handbook of India's International Relations.** 1ª ed. Londres: Routledge, 2011.

DECLARATION ON PRINCIPLES FOR RELATIONS AND COMPREHENSIVE COOPERATION BETWEEN THE REPUBLIC OF INDIA AND THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. PIB Press Releases. 24 de junho de 2003. Disponível em: <<https://archive.pib.gov.in/release02/lyr2003/rjun2003/24062003/r2406200318.html>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

Dr Priya Chacko | Staff Directory. Disponível em: <<https://www.adelaide.edu.au/directory/priya.chacko>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

History | NON-ALIGNED MOVEMENT (NAM). Disponível em: <<https://nam.go.ug/history>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

KENNEDY, Andrew B. Nehru's Foreign Policy: Realism and Idealism Conjoined. In: MALONE, D.; C RAJA MOHAN; RAGHAVAN, S. **The Oxford handbook of Indian foreign policy.** New York, Ny: Oxford University Press, 2015. p. 92–101.

MAGNIER, M. **Sunk by global warming? Wave goodbye to this disputed island.** Disponível em: <<https://www.latimes.com/archives/la-xpm-2010-mar-25-la-fg-disappearing-island25-2010mar25-story.html>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MALLAVARAPU, Siddharth. Theorizing India's Foreign Relations. In: MALONE, D.; C RAJA MOHAN; RAGHAVAN, S. **The Oxford handbook of Indian foreign policy.** New York, Ny: Oxford University Press, 2015. p. 35–46.

MANSINGH, Surjit. Indira Gandhi's Foreign Policy: Hard Realism? In: MALONE, D.; C RAJA MOHAN; RAGHAVAN, S. **The Oxford handbook of Indian foreign policy.** New York, Ny: Oxford University Press, 2015. p. 104–115.

MOHAN, C. Raja. A Índia e o equilíbrio de poder. **Política Externa**, São Paulo, volume 15, número 2, p. 71–81, setembro–novembro, 2006.

Muhammad Ali Jinnah — Press Information Department. Disponível em: <<https://pid.gov.pk/site/profile/1>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

OGDEN, Chris. **Indian Foreign Policy: Ambition and Transition.** 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2014.

PANDIT JAWAHARLAL NEHRU. Indian National Congress. Disponível em: <<https://inc.in/our-inspiration/pandit-jawaharlal-nehru>>.

Prof. (Dr.) Sreeram Sundar Chaulia | O.P. Jindal Global University. Disponível em: <<https://jgu.edu.in/jsia/prof-dr-sreeram-sundar-chaulia/>>. Acesso em: 9 ago. 2024.

Rabindranath Tagore Facts. The Nobel Prize in Literature 1913. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1913/tagore/facts/>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

Siddharth Mallavarapu | Shiv Nadar University. Disponível em: <<https://snu.edu.in/faculty/siddharth-mallavarapu/>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SINGH, Zorawar Daulet. **Power and Diplomacy India's Foreign Policies during the Cold War.** 1ª ed. Nova Delhi: Oxford University Press, 2019.

SØRENSEN, Georg; JACKSON, Robert. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 101–102

SØRENSEN, Georg.; JACKSON, Robert. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 201–202

SØRENSEN, Georg.; JACKSON, Robert. **Introdução às relações internacionais: Teorias e abordagens.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 341–343

Southeast Asia Treaty Organization (SEATO), 1954. OFFICE OF THE HISTORIAN. **Milestones: 1953–1960—Office of the Historian.** Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1953-1960/seato>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

SRIDHARAN, Kripa. **The ASEAN Region in India's Foreign Policy.** 1ª ed. Portland: Dartmouth Pub Co., 1996.

STEWART-INGERSOLL, R.; FRAZIER, D. **Regional powers and security orders: a theoretical framework.** Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2012.

STEWART-INGERSOLL, Robert; FRAZIER, Derrik V. **Geopolitics for India.** IN: SCOTT, David. **Handbook of India's International Relations.** 1ª ed. Londres: Routledge, 2011.

Surjit Mansingh. Disponível em: <<https://www.american.edu/sis/faculty/mansingh.cfm>>. Acesso em: 5 jan. 2025.

VISENTINI, P. F. As Relações Diplomáticas da Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma

perspectiva brasileira). 1ª ed. Minas Gerais: Fino Traço Editora, 2012.

WIGHT, Martin. **Power politics**. New York: Continuum, 2004. p. 177-192.

YOUSIF, Nadine.; RAZZELL, Neal. Who was Canadian Sikh leader Hardeep Singh Nijjar? BBC News, 20 set. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-us-canada-66860510>>. Acesso em: 5 jan. 2025.